



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

WILLIANE DA SILVA XAVIER

**A INFLUÊNCIA DO CICLO MENSTRUAL NA VIDA ESCOLAR SEGUNDO
DISCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE BRAGANÇA (PA)**

BRAGANÇA (PA)
2023

WILLIANE DA SILVA XAVIER

**A INFLUÊNCIA DO CICLO MENSTRUAL NA VIDA ESCOLAR SEGUNDO
DISCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE BRAGANÇA (PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Rodrigues da Silva Júnior.

BRAGANÇA (PA)
2023

WILLIANE DA SILVA XAVIER

**A INFLUÊNCIA DO CICLO MENSTRUAL NA VIDA ESCOLAR SEGUNDO
DISCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE BRAGANÇA (PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação.

APROVADO EM: 17/10/2023

CONCEITO: Excelente

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. Sebastião Rodrigues da Silva Júnior
Orientador - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profª. Drª. Norma Cristina Vieira Costa
Avaliadora - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profª. Drª. Sandra Nazaré Dias Bastos
Avaliadora - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Dedico esse trabalho aos meus pais, Elizangela do Socorro da Silva e Claudison Andrade Xavier, e ao meu irmão, Welliton da Silva Melo, por todas as palavras de incentivo, amor e esforços incansáveis para o alcance desse sonho. Ao meu namorado, Matheus Corrêa, pelo amor, companheirismo e por despertar diariamente o meu melhor lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr Sebastião Rodrigues da Silva Júnior, por acreditar na minha ideia, compartilhando de seus conhecimentos e tornando o percurso de construção e escrita desse trabalho mais tranquilo.

Aos meus pais Elizangela do Socorro da Silva e Claudison Andrade Xavier, e ao meu irmão, Welliton da Silva Melo, por todo amor, incentivos e por tornarem a realização desse sonho possível. Durante toda minha trajetória escolar e acadêmica vocês estiveram ao meu lado, tornando essa caminhada mais serena, sem essa parceria tudo seria mais difícil.

Ao meu namorado Matheus Corrêa, pelos incentivos, amor e companheirismo. Você foi a primeira pessoa que acreditou na potência desse trabalho e durante todo o percurso de construção e escrita mostrou as facetas positivas diante dos desafios enfrentados. Conhecê-lo durante a vivência do curso de Pedagogia foi um dos melhores presentes que a UFPA poderia proporcionar.

Aos meus amigos de curso, Fernanda Santos, Keizi Leticia, Gesica Primo, Silvio Cordeiro e Pâmela Gonsalves, por compartilharem comigo da vivência de um curso de licenciatura na maior universidade do Norte, além de todas as dificuldades e felicidades que o curso nos proporcionou durante esses anos.

Aos professores da Faculdade de Educação (FACED) - Campus Bragança, por compartilharmos de seus conhecimentos durante minha trajetória acadêmica.

A escola Padre Luiz Gonzaga e aos estudantes que participaram desta pesquisa. Vocês foram de extrema importância para a consolidação dessa produção e tornaram possível a efetivação de uma ideia e desejo pensado com muito carinho e dedicação.

Agradeço a Deus, por guiar meus passos durante essa trajetória, colocando pessoas que somaram positivamente e tornaram essa experiência única. Ao senhor toda honra e glória.

"[...] as dicotomias entre feminilidade e masculinidade criam desigualdades: articulando com noções de hierarquia e poder, o gênero é também uma forma social de produzir posições de desigualdades entre pessoas, coisas, espaços ou emoções [...]"

Lins, Machado e Escoura (2016, p. 24).

RESUMO

Esse estudo analisa os desafios enfrentados por pessoas que menstruam segundo alunos do Ensino Fundamental anos finais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, com construção de dados a partir de uma roda de conversa gravada com o auxílio de dois gravadores de áudio e conduzida por dois pesquisadores mediadores, após a exibição de um documentário e da exposição de ilustrações com as fases do ciclo menstrual. Participaram deste estudo 7 estudantes, sendo 5 pessoas que menstruam e 2 pessoas que não menstruam. A análise de dados foi feita a partir da transcrição, leitura, categorização e análise interpretativa crítica das falas oriundas da roda de conversa. O referencial teórico baseia-se em UNFPA, Unicef (2021), Lins, Machado, Escoura (2016), Weeks (2003), Brasil (2021), Pará (2021). Os resultados indicam que os desafios enfrentados por pessoas que menstruam não se restringem apenas a falta de absorventes higiênicos; perpassam por diferentes âmbitos da vida humana, sendo eles o escolar, familiar, social e de autoconhecimento de seus corpos. Desse modo, mostram inquietações sobre a falta de diálogos acerca das mudanças do corpo humano, a falta de estrutura das instituições de ensino para a realização da higiene menstrual, como a menstruação implica em suas relações interpessoais e familiares, a diminuição da idade da menarca e a falta de conhecimento dos estudantes sobre seus próprios corpos. Conclui-se que os desafios enfrentados por pessoas que menstruam no ambiente escolar influenciam diretamente em seus desempenhos escolares, desencadeando medos, traumas e estigmas negativos acerca da menstruação, aproximando-se dos pilares norteadores da precariedade menstrual.

Palavras-Chave: Absorventes; Menstruação; Precariedade menstrual.

ABSTRACT

This research adopted a qualitative approach regarding the multifaceted challenges experienced by individuals who menstruate as perceived by elementary school students in their final years. The study involved data collection through conversational circles, collated via two audio recorders, the methods were applied right after a documentary and illustrative materials exhibition showing the various phases of the menstrual cycle, all data collection were facilitated by two mediator researchers. Seven students, comprising five individuals who menstruate and two who do not, participated in this study. Data analysis was made by transcriptions, meticulous reading, categorization, and a critical interpretative analysis of the statements arising from the conversational circles. The theoretical background for this study draws from UNFPA, UNICEF (2021), Lins, Machado, Escoura (2016), Weeks (2003), Brasil (2021), Pará (2021). The findings of our investigation revealed that the challenges faced by individuals who menstruate transcend the mere absence of sanitary products; these challenges also involve various aspects of their lives, encompassing educational, familial, social, and self-awareness. Our data revealed concerns regarding the inadequate discourse surrounding bodily changes, the insufficient infrastructure within educational institutions for the promotion of menstrual hygiene, the interpersonal and familial repercussions of menstruation, the declining age of menarche, and the students limited understanding of their own bodies. In summation, it is evident that the challenges confronted by individuals who menstruate within the school environment have a direct impact on their academic performance, inciting apprehensions, distress, and negative

feelings related to menstruation, drawing attention to a fundamental issue concerning menstruation and the lack of attention within the educational environment.

Key words: Menstrual pads; Menstruation; Menstrual precariousness.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. DA PRECARIEDADE À DIGNIDADE MENSTRUAL: UM MOVIMENTO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E ESCOLAR	11
2.1. Precariedade menstrual e dignidade menstrual: algumas inflexões	12
2.2. A precariedade menstrual segundo a legislação brasileira	15
3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	18
3.1. Área do estudo	18
3.2. Participantes da pesquisa	20
3.3. Construção de dados	21
3.4. Análise de dados	22
4. INFLUÊNCIAS DO CICLO MENSTRUAL DE PESSOAS QUE MENSTRUAM NA VIDA ESCOLAR	22
4.1. O fenômeno da menstruação no ambiente escolar	25
4.2. Relações interpessoais e familiares sobre o fenômeno da menstruação	30
4.3. Aspectos biológicos sobre menstruação no corpo humano	35
4.4. Os momentos finais da roda de conversa	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	44
APÊNDICES	48

A INFLUÊNCIA DO CICLO MENSTRUAL NA VIDA ESCOLAR SEGUNDO DISCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE BRAGANÇA (PA)

Williane da Silva Xavier¹

Sebastião Rodrigues da Silva Júnior²

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo a influência do período menstrual na frequência escolar, segundo discentes do ensino fundamental (anos finais). Compreende-se que crianças desse nível de ensino não devem ser expostas a estereótipos sobre a menstruação, pois, quando expostas a situações consideradas tabus na sociedade, os sentimentos como de vergonha e de constrangimento se tornam parte delas, uma vez que limita a participação dos estudantes em atividades cotidianas da infância, como interação com os amigos, desenvolvimento da criatividade, coordenação motora, socialização e outras competências (UNFPA³; UNICEF⁴, 2021).

Historicamente pessoas que menstruam são colocadas como em um lugar de inferioridade ou figurante de pessoas que não menstruam, não se configurando como uma personagem de luta e sim como “inspiradora” da ação, diferente da representação de pessoas que não menstruam, que são configuradas como guerreiros que fazem história. Essas segregações por gênero reforçam estigmas e estereótipos que norteiam o comportamento humano até a atualidade, não possibilitando o diálogo aberto de mudanças advindas do corpo humano e inviabilizando os desafios enfrentados por pessoas que menstruam (LOURO, 1997, p. 58 - 59).

No âmbito familiar e nos primeiros anos escolares as crianças são ensinadas que existem objetos e comportamentos de meninas e meninos, como filas, brinquedos e cores. Essas diferenças enraizadas na sociedade sobre gênero estão presentes de forma direta ou indireta no

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará.
xavier.will16@gmail.com

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Pará. Professor Associado I da Faculdade de Educação do Campus Universitário de Bragança (UFPA). Professor do programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa da Educação de Jovens e Adultos e Diversidade na Amazônia (GUEAJA). sebast@ufpa.br

³ Fundo De População Das Nações Unidas

⁴ Fundo Das Nações Unidas Para A Infância

cotidiano escolar, inerentes a sociedade em que vivemos (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

Esses questionamentos sobre o feminino e masculino refletem em uma etapa natural do ciclo reprodutivo: a menstruação. Nesse contexto, há uma infinidade de outros tabus sobre pessoas cisgênero e não binárias que resistem na sociedade, transformando diálogos sobre os temas em situações constrangedoras e supostamente dialogadas apenas com pessoas do sexo feminino, provocando situações e problemas em todos os âmbitos da vida dessas (es) sujeitas (os), como, o prejuízo a assiduidade escolar durante os ciclos menstruais.

Recapitulando escritos de (LOURO, 1997, p. 58 - 59) percebemos a necessidade de buscar formas de desconstruir estigmas construídos historicamente sobre os gêneros, trabalhando abertamente com temas como a influência do ciclo menstrual na frequência escolar e os desafios enfrentados por pessoas que menstruam no ambiente escolar, pois esses fatores podem influenciar diretamente na permanência de estudantes nas atividades cotidianas. É possível trabalhar esses entraves com todos os gêneros, tendo em vista que as pessoas que menstruam vivenciam mensalmente esse fenômeno, pessoas que não menstruam conhecem sujeitas (os) que menstruam.

Com isso, é relevante destacar a importância de trabalhar um tema atípico que não é amplamente discutido no ambiente escolar, pois nos leva a refletir sobre problemas que são invisibilizados e influenciam diretamente no desenvolvimento e na permanência de pessoas que menstruam nas atividades escolares. Desenvolver projetos que elevem a importância de refletir sobre assuntos considerados culturalmente de apenas um gênero são importantes, além de iniciativas que disponibilizem absorventes para pessoas cisgênero e não binárias, para compreensão que menstruar não é uma escolha.

Além disso, destaca-se a necessidade de produções acadêmicas sobre a temática. De acordo com levantamento realizado pelos autores na plataforma de periódicos da Capes e com utilização dos descritores “precariedade menstrual” e “dignidade menstrual”, 6 artigos científicos sobre a temática foram publicados em revistas nos últimos 10 anos (2014 -2023), sendo que duas das seis produções abrangem os dois descritores de pesquisas, concluindo assim o levantamento com apenas 4 artigos⁵ encontrados.

As produções encontradas estão distribuídas nas seguintes temáticas: a precariedade menstrual como fenômeno multifocal e interdisciplinar que condiciona corpos a

⁵ Os artigos científicos encontrados estão localizados nos anexos desta produção em uma tabela intitulada de “Banco De Dados - Estado Do Conhecimento”

vulnerabilidade social (1); os desafios da precariedade menstrual como uma problemática de desigualdade social e de gênero (1); a pobreza menstrual e a desigualdade de gênero embasada em uma reportagem televisiva (1); impactos da pobreza menstrual na vida da mulher (1). As publicações encontradas estão centralizadas nas regiões sul e sudeste, contemplando as áreas do direito, saúde e relações internacionais.

O levantamento evidencia a importância e necessidade de produções no âmbito educacional, uma vez que um dos principais públicos afetados por essa problemática se faz presente nas escolas. Pesquisas sobre a temática podem contribuir diretamente no desenvolvimento de iniciativas que visem a assistência e instrução de pessoas que menstruam sobre os fenômenos dos seus corpos, além de despertar mais naturalidade sobre o tema para sujeitos que não menstruam.

O interesse sobre o tema surge no ano de 2018, anterior ao ingresso no curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA), após assistir o documentário “Absorvendo o tabu”⁶ em uma plataforma de *streaming*⁷. O documentário foi fundamental para despertar reflexões sobre os desafios enfrentados por estudantes que menstruam na escola básica, pois historicamente a menstruação é considerada algo vergonhoso e esses estereótipos podem influenciar negativamente essas (es) sujeitas (os), uma vez que nessa etapa do processo de educação ocorre a menarca⁸ de muitas pessoas que menstruam, proporcionando uma experiência atípica.

A temática parte das seguintes questões: quais desafios são enfrentados pelos discentes em relação a assiduidade escolar durante o ciclo menstrual? As escolas de educação básica promovem eventos voltados à menstruação? As instituições de ensino possuem banheiros com higiene adequada para garantir a dignidade de pessoas que menstruam?

O estudo tem como objetivo geral investigar as influências do ciclo menstrual de pessoas que menstruam na assiduidade escolar do ensino fundamental (anos finais) em uma escola estadual pública em Bragança, Pará; além de conhecer as visões dos estudantes sobre ciclos menstruais; levantar as possíveis dificuldades que envolvem a frequência escolar de pessoas que menstruam durante o ciclo menstrual e identificar as dimensões da vida humana

⁶ Produção audiovisual conta a história de mulheres indianas, focando em como a menstruação é vista pelos homens da sociedade, como as mulheres são vistas quando estão em seus períodos menstruais, quais as influências da menstruação na permanência escolar de pessoas que menstruam,, a importância da distribuição e comercialização de absorventes de qualidade e com baixo custo para a melhor qualidade de vida de pessoas que menstruam e a capacitação de mulheres para trabalhar na produção de absorventes biodegradáveis.

⁷ Transmissão em tempo real de dados de áudio e vídeo

⁸ Nome dado a primeira menstruação

que são afetadas em decorrência da menstruação como objetivos específicos. Nessa pesquisa será utilizado o termo precariedade e não pobreza menstrual pois compreende-se que o termo precariedade simboliza de forma mais ampla os problemas decorrentes da falta de produtos de higiene menstrual e todos os outros fatores norteadores dessa problemática, além de que esse termo é utilizado na legislação brasileira.

2. DA PRECARIEDADE À DIGNIDADE MENSTRUAL: UM MOVIMENTO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E ESCOLAR

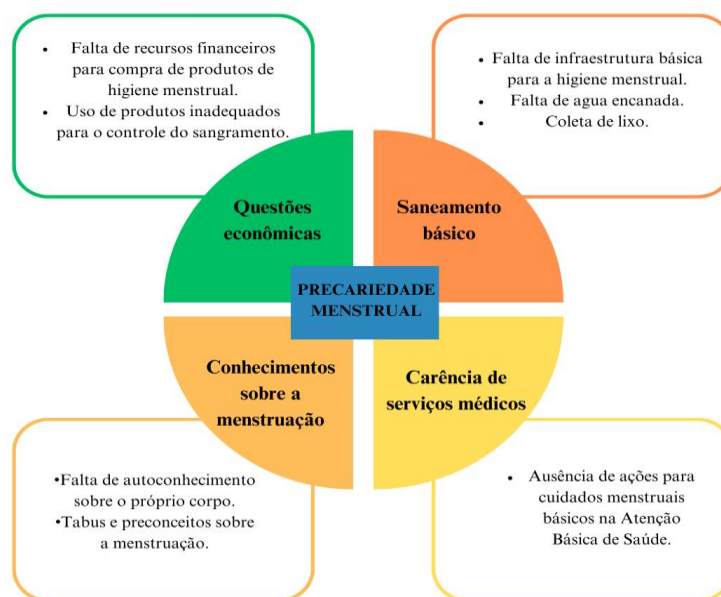
Nessa seção se busca descrever os significados atribuídos a menstruação e quais desafios são enfrentados na precariedade menstrual até o alcance da dignidade menstrual. Além de fazer um enfoque sobre a legislação brasileira que tange sobre a promoção da saúde menstrual no âmbito federal, estadual e municipal.

2.1. Precariedade menstrual e dignidade menstrual: algumas inflexões

A sexualidade, em sua amplitude, engloba todos os elementos que compõem o corpo humano, sendo essencial no processo de descobertas e controle dos fenômenos naturais que ocorrem no organismo durante o processo de desenvolvimento humano. De acordo com Weeks (2003, p.45-46): “Isso contraria bastante a nossa crença normal de que a sexualidade nos diz a verdade definitiva sobre nós mesmos e sobre nossos corpos: ao invés disso, ela nos diz mais sobre a verdade de nossa cultura”, sendo possível perceber a importância dos conhecimentos sobre nossos próprios corpos e sexualidade, pois possibilitam o autoconhecimento, preconizando o autocuidado, além de desencadear posicionamentos críticos sobre a menstruação e diversas outras subdivisões que compõem a sexualidade.

Frequentemente, a precariedade menstrual é considerada um problema de países em situação de extrema pobreza. Entretanto, pessoas que menstruam, em situação de vulnerabilidade social, enfrentam mensalmente desafios inerentes a essa problemática, que é caracterizada pela falta de recursos básicos para uma boa qualidade de vida durante o período menstrual. De acordo com estudo realizado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2021, p.11), os principais pilares da precariedade menstrual são: questões econômicas; saneamento básico; conhecimentos sobre a menstruação; carência de serviços médicos, os quais serão aprofundados na figura seguinte.

Figura 1: Pilares da precariedade menstrual



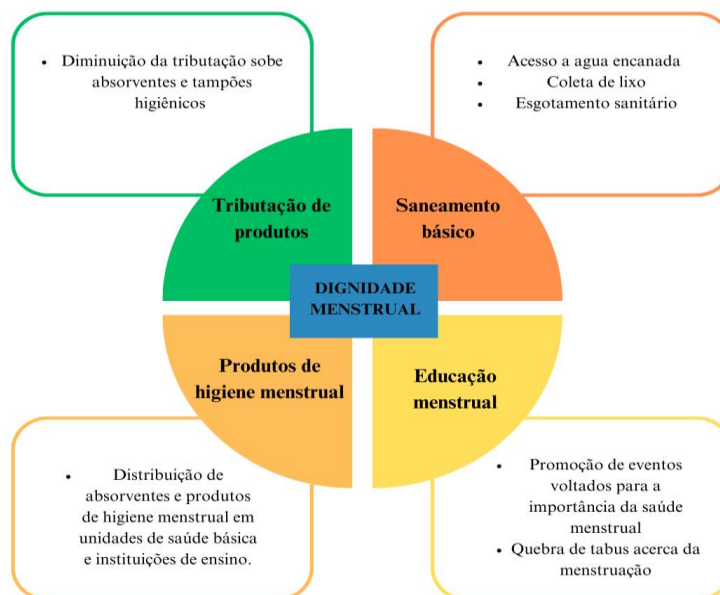
Fonte: Elaborado pela autora e adaptado com base em dados da UNFPA/UNICEF (2023)

Percebe-se que a precariedade menstrual é um problema amplo e complexo, uma vez que não se restringe apenas à falta de absorventes higiênicos, uma questão econômica, mas se estende para questões sociais, educacionais e de saúde pública. Os absorventes higiênicos são tributados como produtos pertencentes à categoria de cosméticos com uma alíquota total de 27,5% (LUPION, 2020), sendo assim, não são considerados essenciais para uso humano, além de serem taxados como produtos para melhoria de aparência, nessa perspectiva, famílias em situação de vulnerabilidade social vivem em uma linha tênue entre comprar um produto de higiene menstrual ou comprar gêneros alimentícios para toda a família. Tal situação possibilita a reflexão sobre a falta de cuidados com a saúde menstrual e como a precariedade menstrual influencia negativamente na vida de pessoas que menstruam. No dia 28 de maio é celebrado o Dia Internacional da Dignidade Menstrual, o qual objetiva combater os desafios enfrentados por pessoas que menstruam em situação de precariedade menstrual. A dignidade menstrual é uma realidade ainda distante, mas desejada por essas (es) sujeitas (os) em situação de vulnerabilidade social.

Historicamente a menstruação é associada a algo vergonhoso, sendo considerada construção social de uma violência de gênero normalizada, ou seja, um fenômeno natural que ocorre mensalmente com milhões de pessoas que menstruam é tido como algo anormal que deve ser escondido e não discutido, proporcionando o silenciamento dessas pessoas sobre os

problemas inerentes a esse fenômeno. A dignidade menstrual busca ressignificar esses estigmas associados a menstruação. Dentre os pilares norteadores para alcançar a dignidade menstrual é possível destacar: a tributação de produtos de higiene menstrual; saneamento básico; educação menstrual; produtos de higiene menstrual.

Figura 2: Pilares para dignidade menstrual



Fonte: Elaborado pela autora com base nos conhecimentos adquiridos sobre a temática (2023)

Com base na figura acima, é perceber que a dignidade menstrual é elementar para o melhoramento da qualidade de vida de pessoas que menstruam em situação de vulnerabilidade social, o acesso a ela permite que essas (es) sujeitas (os) tenham o direito de menstruar dignamente, sem a utilização de materiais que prejudiquem a saúde durante os ciclos menstruais, como papel higiênico, jornal, miolo de pão, entre outros.

Em consonância a isso a tributação dos produtos de higiene menstrual atua como parâmetro impeditivo para o alcance da dignidade menstrual pois afeta diretamente o poder de compra de pessoas em situação de vulnerabilidade social, pois o produto se torna mais caro e acaba sendo considerado não essencial para o uso cotidiano. Além disso, o saneamento básico também afeta diretamente a garantia desse direito, tendo em vista que o acesso a um ambiente com infraestrutura adequada, água encanada, coleta de lixo e esgotamento sanitário é essencial para a efetivação da higiene menstrual adequada. Do mesmo modo que a distribuição de produtos de higiene menstrual atua como parâmetro importante para a conquista de menstruar

dignamente, pois menstruar não se configura como uma escolha e sim como um fenômeno natural do corpo que acontece todos os meses. Ademais, a implementação da educação menstrual nas instituições de ensino também atua como fator indispensável no combate a essa problemática, pois conhecer os fenômenos do próprio corpo contribui ativamente na desconstrução de estigmas inerentes à sociedade.

Na educação básica brasileira as temáticas voltadas para a educação menstrual e educação sexual são tratadas de forma indireta, sem a promoção de diálogos abertos. Em uma breve pesquisa na Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 327-349) percebemos que a palavra “sexualidade” aparece apenas 3 vezes em toda extensão do documento, os usos das mesmas objetivam mostrar que os assuntos voltados para essa temática devem ser trabalhados somente a partir do oitavo ano do ensino fundamental anos finais e não em todas as etapas de ensino. Em consonância a isso, quando trocamos as palavras pesquisadas por “menstruação” ou “ciclo menstrual” nem uma informação é encontrada. Com base nesta breve pesquisa percebemos a necessidade do uso de termos mais diretos que retratem de forma clara suas finalidades, pois a falta de diretos influencia diretamente no currículo das escolas básicas, que acabam por desconsiderar a importância de trabalhar assuntos relevantes do desenvolvimento humano, proporcionando assim o exercício dos assuntos de forma superficial, atrasada e com apenas uma série da vida escolar.

No que tange os pilares para a dignidade menstrual é possível perceber que elementos considerados simples e comuns na vida cotidiana atuam como parâmetros impeditivos para o direito de menstruar dignamente, uma vez que para pessoas em situação de vulnerabilidade social o acesso a esses elementos é irreal. O alcance da dignidade menstrual percorre diretamente alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais especificamente os seguintes: erradicação da pobreza; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento.

Figura 3: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas Brasil (2023)

Tomando como base os ODS é possível perceber que o alcance da dignidade menstrual deve ser um propósito global, pois a não efetivação do direito de menstruar dignamente atua de

forma prejudicial em diversos âmbitos da vida cotidiana, sendo eles sociais, saúde, educacionais, gênero e sanitários. Em relação a essa questão, o desenvolvimento de projetos voltados para o alcance da dignidade menstrual, efetivação da legislação vigente e promoção de diálogos abertos sobre as mudanças inerentes ao corpo humano se mostra importante para que assim possamos alcançar o direito de menstruar dignamente.

2.2. A precariedade menstrual segundo a legislação brasileira

A legislação brasileira é composta por um conjunto de leis de diferentes naturezas que, quando juntas, formam o sistema normativo. Na Constituição Federal é possível encontrar leis únicas e fundamentais para a república brasileira que tangem diversos âmbitos necessários para a funcionalidade da vida em sociedade, buscando amparar as necessidades básicas da população. Com a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas no combate à precariedade menstrual, a problemática chegou ao Senado Federal a partir de iniciativa popular de diversas pessoas que compreendiam a importância de combater a precariedade menstrual, sendo em 18 de fevereiro de 2022 publicado no Diário Oficial da União a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (BRASIL, 2021).

Com isso, o artigo 3 da lei busca assegurar a distribuição gratuita de absorventes higiênicos, e outros materiais básicos para a promoção da Saúde Menstrual, tendo como beneficiárias:

- I - estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública de ensino;
- II - mulheres em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema;
- III - mulheres apreendidas e presidiárias, recolhidas em unidades do sistema penal; e
- IV - mulheres internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa (BRASIL, 2021, p. 2).

Mesmo que exista um avanço com a implementação dessa política pública, que alcança parcelas da sociedade em vulnerabilidade social, algumas questões ainda precisam ser definidas ou melhor estruturadas para que a legislação seja de fato, implementada, e até mesmo, consolidada. Desse modo, os seguintes questionamentos nos aparecem pertinentes: qual órgão será responsável pela distribuição de absorventes higiênicos? Quem determinará as diretrizes que irão tanger a educação menstrual nas escolas públicas?

O decreto nº 10.989, de março de 2022 que regulamenta a Lei nº 14.214/2021 determina que é responsabilidade do Ministério da Saúde oferecer gratuitamente absorventes higiênicos às mulheres em situação de precariedade menstrual, além de fortalecer, promover e prevenir a saúde de mulheres nessa situação. Já no âmbito educacional cabe ao Ministério da

Educação, em parceria aos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e municípios), a promoção de campanhas informativas de rede pública sobre saúde menstrual.

Perceber que no âmbito educacional o programa de combate à precariedade menstrual versa apenas no âmbito informativo, sem determinar ou mesmo especificar se: (a) as campanhas informativas serão voltadas somente para o público feminino ou se levarão em consideração todas as pessoas que menstruam; (b) as campanhas informativas serão pontuais ou acontecerão durante todo o ano letivo; (c) serão distribuídos absorventes higiênicos nas instituições de ensino? Em qual quantidade? Serão levadas em consideração as especificações e necessidades de cada corpo?. Para obter respostas para esses entraves é necessário entender como a parceria entre os entes federativos acontecerá.

No ano de 2023 o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual foi revogado pelo decreto Nº 11.432 de 8 de março de 2023, passando a ser intitulado como Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual. Dentre as diferenças presentes é possível destacar que a preocupação acerca da problemática não se restringe apenas a distribuição de absorventes e cuidados relativos à saúde menstrual, o novo decreto visa promover a dignidade menstrual, mostrando assim uma preocupação maior quanto aos pilares norteadores da precariedade menstrual.

Art. 2º São objetivos do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual:

I - combater a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso a produtos de higiene e a outros itens necessários no período da menstruação ou a falta de recursos que possibilitem a sua aquisição;

II - garantir os cuidados básicos de saúde e desenvolver os meios para a inclusão das pessoas que menstruam, em ações e programas de proteção à saúde e à dignidade menstrual; e

III - promover a dignidade menstrual.

Quanto aos objetivos do decreto é perceptível uma importante mudança nos termos utilizados para identificar o público beneficiário do programa, no novo decreto ocorre a inclusão do termo pessoas que menstruam, no decreto anterior entendia-se que apenas mulheres menstruavam, excluindo assim as outras identidades de gênero que menstruam. Em suma, o decreto atual se mostra mais inteligível e completo que o anterior, pois promove a inclusão de todas as diversidades e pessoas em situação de diferentes vulnerabilidades, além de deixar claro quais órgãos serão responsáveis pela distribuição e quantificação de absorventes que serão distribuídos ao público beneficiado.

Cerca de um mês após a publicação da lei federal nº 14.214/2021 foi publicado no Diário Oficial do Estado do Pará a lei nº 9.342, de 11 de novembro de 2021, que institui as diretrizes para o acesso a produtos de higiene íntima, especificando como esse programa irá funcionar no estado paraense. No que tange a área da educação do Estado, ela determina que

Art. 2º A Política instituída por esta Lei tem como objetivo a plena conscientização acerca da menstruação, assim como o acesso aos absorventes íntimos femininos, promoção da saúde, atenção à higiene e desenvolvimento social, visando, em especial: [...] IV - evitar prejuízos à aprendizagem, ao rendimento escolar e às atividades cotidianas, provendo condições salubres de exercício diário das atribuições femininas na rotina social; [...] (PARÁ, 2021, p. 7).

A seção destinada a discussão sobre como o projeto será desenvolvido no âmbito educacional traz de forma rasa a sua aplicabilidade. Diferente da lei federal, a lei estadual não especifica quais métodos serão utilizados para evitar os prejuízos da precariedade menstrual a aprendizagem e ao rendimento escolar de pessoas que menstruam em situação de vulnerabilidade social, além da lei não determinar se, no âmbito educacional, os projetos advindos serão apenas de caráter informativo, como determina a lei federal. Além disso, é possível perceber que assim como a lei federal a lei estadual utiliza termos excludentes ao considerar que apenas mulheres menstruam, mostrando assim a necessidade de mudanças na legislação, para assim torná-la mais inclusiva.

Além disso, é importante refletir sobre o Art. 3º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina que esses públicos gozam de todos os direitos inerentes à pessoa humana, visando o melhor desenvolvimento do físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Partindo desse princípio, é possível perceber que o direito de menstruar dignamente e, por conseguinte, participar normalmente de todas as atividades do cotidiano escolar é negado, uma vez que esse fator afeta diretamente a frequência escolar de pessoas que menstruam, seja por fluxos intensos, falta de instalações sanitárias adequadas e higienizadas ou falta de recursos financeiros para o custeio de absorventes higiênicos.

Com base na análise da legislação realizada nesse tópico é possível concluir que as conquistas legislativas advindas de lutas dos movimentos sociais foram de suma importância para início do combate à precariedade menstrual. Entretanto, identifica-se que as leis em nível federal e estadual apresentam lacunas que dificultam a compreensão sobre como serão aplicadas, como a lei estadual que não determina formas de combate a problemática. A precariedade é um problema real que afeta constantemente a frequência e a permanência escolar

de pessoas que menstruam em situação de vulnerabilidade social, mostrando assim a importância da aplicabilidade da lei em todos os âmbitos que englobam os entes federativos.

No âmbito municipal o combate à saúde menstrual não foi configurado como lei em Bragança, no site da prefeitura é possível verificar que o município atendeu a decisão do governo estadual sobre a distribuição de absorventes íntimos, entretanto essa decisão não abrange a promoção da saúde menstrual que está instituída na lei estadual, o combate à precariedade menstrual vai além da distribuição de absorventes, esse processo discorre sobre a distribuição de produtos básicos de higiene menstrual, saneamento básico, água encanada, acesso à educação menstrual e afins.

3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A pesquisa é caracterizada como um estudo de abordagem qualitativa, com análise dos desafios de pessoas que menstruam na frequência escolar advindos da menstruação segundo estudantes dos anos finais do ensino fundamental. De acordo com Minayo (2002) a pesquisa qualitativa corresponde a questões particulares que estão relacionadas com a pesquisa social, trabalhando com um universo significativo. Desse modo, a pesquisa busca conhecer os desafios enfrentados no período menstrual, no trabalho com todos os gêneros, trazendo naturalidade sobre a temática.

Para tanto, o estudo é do tipo pesquisa de campo pela possibilidade de contato com as (os) participantes em seus respectivos contextos de vivência e experiência sociocultural. Para Neto (2002, p. 51), o trabalho de campo “[...] se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também criar um conhecimento, partindo da realidade do presente campo”. Nesse sentido, faz-se necessário caracterizar a área de estudo e os participantes da pesquisa.

3.1. Área do estudo

A escolha da instituição foi baseada nos seguintes critérios: (a) oferta dos anos finais no ensino fundamental, de 6º ao 9º ano; (b) disponibilidade e interesse da instituição na temática da pesquisa. Além disso, a instituição possui experiências comprovadas⁹ pelo corpo de gestão

⁹ A escola apresentou relatos de pessoas que menstruam sobre os desafios enfrentados durante o ciclo menstrual para o desenvolvimento das atividades cotidianas, além disso, a instituição considera os absorventes higiênicos como um produto de necessidade básica que precisam estar a disposição de pessoas que menstruam que estudam na escola.

da instituição voltadas para a questão problema deste estudo, sendo assim um excelente ambiente para desenvolvimento das atividades planejadas. Desse modo, esse trabalho tem como lócus a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Luiz Gonzaga, localizada na Avenida Nazeazeno Ferreira, bairro Padre Luiz, município de Bragança, Estado do Pará.

A escola foi fundada em 19 de março de 1962, inicialmente as atividades da instituição eram desenvolvidas em uma casa alugada pelo Governo do Estado do Pará, o surgimento da escola ocorreu devido a necessidade de alunos das comunidades vizinhas do município de Bragança em acessar as unidades de ensino e assim prosseguir com suas vidas escolares. Atualmente em seu prédio próprio a escola conta com uma estrutura física de 8 salas de aula, 1 biblioteca escolar, 1 sala de informática, 4 banheiros, sendo 1 para pessoas com deficiência (PCD), 1 sala de gestão escolar, 1 sala de professores, 1 cozinha, 1 dispensa, 1 quadra esportiva, 1 sala de secretaria e 1 sala destinada a rádio escola. (PADRE LUIZ GONZAGA, 2020, p. 10)

Foto 1: Vista frontal da Escola Estadual Padre Luiz Gonzaga



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

O quadro de funcionários da instituição conta com 1 gestora, 2 vice-gestoras, 1 secretaria, 4 auxiliares administrativos, 4 especialistas em educação, 30 professores, 6 apoios operacionais, 2 merendeiras e 2 vigias. A escola oferta os níveis de ensino fundamental, ensino médio regular e Educação de jovens e adultos (EJA) fundamental e médio, a oferta de todos esses níveis totalizou 765 matrículas no ano de 2023 de acordo com um levantamento feito pela secretaria da instituição. (PADRE LUIZ GONZAGA, 2020, p. 10)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) traz como missão da instituição:

“ Ofertar uma educação de qualidade, buscando a formação e integração do cidadão no âmbito social, através de metodologias de ensino significativa e práticas democráticas que visem mudanças de postura dos educandos para que possam atuar de forma participativa, criativa, ética e humana na sociedade em que está inserido,

além de excelência nas ações educativo - pedagógicas ofertadas à comunidade bragantina” (PADRE LUIZ GONZAGA, 2020, p. 15)

Com base no exposto podemos perceber que a missão da escola é extremamente ampla, podendo abranger diversos problemas inerentes ao ambiente escolar. Desse modo, percebemos a necessidade do desenvolvimento de projetos mais específicos sobre as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar, para que assim ocorra de fato um comprometimento e soluções efetivas das mesmas. No que tange os desafios enfrentados durante o ciclo menstrual por pessoas que menstruam, é necessário promover diálogos sobre o menstruar, oportunizando a quebra de estigmas históricos que perpetuam na nossa sociedade e se configuram como algo enraizado e difícil de romper. A promoção desses diálogos permite que os estudantes atuem de forma participativa e humana na sociedade, desenvolvendo ações que ajudem pessoas em situação de vulnerabilidade menstrual, seja no âmbito escolar, familiar ou social.

3.2. Participantes da pesquisa

Após a apresentação da pesquisa a sala do nono ano do período matutino da escola Augusto Corrêa foi indicada pela gestão e coordenação da instituição para a realização da pesquisa, no mesmo dia durante um intervalo entre aulas o projeto de pesquisa foi apresentado aos alunos da turma e ao fim da explanação foi realizado a distribuição de vinte e três termos de assentimento livre e esclarecido, número esse correspondente a quantidade de estudantes que demonstraram interesse em participar da pesquisa.

Os critérios para a escolha dos participantes da pesquisa foram (a) frequentar assiduamente as aulas na instituição; (b) cursar o segundo ciclo do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano); (c) estar na faixa etária de 11 a 16 anos; (d) possuir permissão dos responsáveis legais para a participar da pesquisa. Tivemos retorno de 7 termos de assentimento livre esclarecido, os quais correspondem a qualidade de participantes da pesquisa, sendo cinco pessoas que menstruam e duas que não menstruam, a assiduidade dos alunos foi realizada com base na frequência cedida pelo professor concedente indicado pela gestão e coordenação da instituição. Destaca-se que os nomes apresentados são fictícios e foram escolhidos previamente pelos estudantes da pesquisa, conforme Tabela 1:

Tabela 1: Participantes da pesquisa

Nº	NOME FICTÍCIO	IDADE	IDENTIDADE DE GÊNERO
1	July * ¹⁰	15	Cisgênero

¹⁰ O asterisco (*) será usado nessa tabela com o objetivo de identificar as pessoas que menstruam

2	Jorge	14	Cisgênero
3	Madu *	15	Cisgênero
4	Max *	15	Não binário
5	Nayane *	15	Cisgênero
6	Vand	16	Cisgênero
7	Yumi *	14	Cisgênero

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Esse levantamento permitiu conhecer a faixa etária e a identidade de gênero construída pelas (os) participantes da pesquisa, a partir de um questionário estruturado pelos seguintes elementos: 1) identificação do sujeito; 2) nome fictício; 3) idade; 4) identidade de gênero. Ressalta-se que a constituição de um perfil social foi essencial para o desenvolvimento da metodologia elaborada, visto que as informações encontradas fundamentaram a escolha de técnicas e instrumentos de coleta de dados que melhor atendessem o objetivo de estudo.

3.3. Construção de dados

A coleta de dados está baseada na técnica de levantamento roda de conversa, a partir da Pedagogia de Celètin Freinet (1896-1966), especificamente no princípio da Livre Expressão, no qual os estudantes possuem a liberdade de se expressarem de forma original. A técnica roda de conversa possibilitou o levantamento de dados ímpares, pois essa prática proporciona o diálogo sobre a menstruação no contexto escolar de forma natural e orgânica, em busca de uma produtividade temática a partir das falas dos participantes.

De acordo com Ferreira (2003, p. 28 - 29):

“A Pedagogia de Freinet assume, para fins educativos, as necessidades de cada criança, para motivar, organizar o trabalho, realizar e para desenvolver sua personalidade em relação com seu meio. [...] é uma educação de confiança, que é acompanhada por uma real atitude das crianças de se encarregar de seu modo de vida e trabalho.”

A Pedagogia de Freinet coloca o discente como protagonista da sua própria produção de conhecimento, proporcionando autonomia e liberdade para explorar suas potencialidades e seus interesses. Os instrumentos dessa pedagogia são diversos, nesta pesquisa trabalhamos com a roda de conversa, tendo em vista dessa técnica de levantamento possibilitar a escuta sensível, além de proporcionar a experiência de entender que as ideias, anseios e dificuldades enfrentadas pelos estudantes são importantes e serão valorizadas. A roda de conversa intitulada de “Cine Conversa” teve como objetivo conhecer quais saberes, vivências e experiências são acionados pelos estudantes acerca da menstruação.

A roda de conversa aconteceu na sala de informática que foi organizada de modo a receber a atividade, com as cadeiras dispostas em formato circular, possibilitando que todos mantivessem contato visual. A roda de conversa foi gravada com o auxílio de dois gravadores para captura de áudio, contando com a duração de duração de 1h (uma hora), sendo conduzida e orientada por dois pesquisadores, que atuaram como mediadores, e os alunos como participantes. As manifestações dos estudantes foram anotadas em um caderno de campo, para posteriormente serem analisadas

A roda de conversa foi desenvolvida com o auxílio do documentário “Absorvendo o Tabu” que tem como diretora a cineasta americana Rayka Zehtabchi e as ilustrações do livro “A lua de Alice”¹¹ com autoria de Carol Petrolini¹² e Laura Barbeiro¹³ como material de apoio.

3.4. Análise de dados

O eixo de análise de dados dessa pesquisa foi desenvolvido a partir da transcrição de todas as falas oriundas da roda de conversa, as quais foram gravadas por dois aparelhos de captura de áudio, leitura e releitura das falas para a organização e categorização dos dados para o desenvolvimento de uma análise interpretativa crítica, sendo elas denominadas de: o fenômeno no ambiente escolar; relações interpessoais e familiar sobre o fenômeno; aspectos biológicos do corpo humano. O próximo tópico irá apresentar os dados coletados na roda de conversa, além de uma análise interpretativa crítica dos mesmos.

4. INFLUÊNCIAS DO CICLO MENSTRUAL DE PESSOAS QUE MENSTRUAM NA VIDA ESCOLAR

A promoção de diálogos acerca de assuntos pouco discutidos no ambiente escolar, familiar e social se configura como uma tarefa desafiadora que precisa de atenção e cuidado em sua realização, sabendo disso, desde o início das atividades esclarecemos que o espaço onde eles estavam era seguro, sem preconceitos e que os participantes deveriam se sentir livres para expressarem abertamente suas ideias, conhecimentos e vivências.

¹¹ Livro que retrata a primeira menstruação de Alice, provocando diversos medos, dúvidas e preocupação. Com a ajuda de duas gerações de sua família Alice consegue ressignificar as informações sobre a menstruação, tornando o processo de menstruar mais tranquilo.

¹² Formada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, ingressou em 2006 no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), atualmente trabalha na Clínica Psicossocial do TJSP em São José do Rio Preto (SP).

¹³ Formada em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atua como artista ilustradora de arte-educadora na cidade de São José do Rio Preto (SP).

Seguindo o roteiro da roda de conversa, iniciamos o momento com a recepção dos participantes e distribuição de crachás para o preenchimento com um nome fictício, essa etapa ocorreu de forma rápida e sem grandes dúvidas advindas dos participantes. Os discentes usaram nomes que consideravam bonitos, personagens de séries e apelidos.

Foto 2: Preenchimento dos crachás com o nome fictício



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Posteriormente, ocorreu a apresentação da equipe de pesquisa com uma breve fala de cada moderador para que os estudantes conhecessem melhor os pesquisadores. Além disso, os participantes da conversa socializaram seus nomes oficiais e fictícios. Com isso, iniciamos a conversa com uma breve introdução sobre conceitos que seriam ouvidos com frequência durante a conversa, sendo “Precariedade menstrual” e “Dignidade menstrual”, apenas uma participante conhecia os termos “**Madu:** já vi algumas publicações nas redes sociais”, já os outros estudantes não possuíam conhecimentos sobre os termos apresentados no início da roda de conversa.

Foto 3: Conversa introdutória e apresentação da equipe de pesquisa



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

A exibição do documentário teve duração de 25 minutos. A escolha do material de apoio se deu pelo fato da produção ser o primeiro contato de uma das autoras com o tema e possuir relatos importantes sobre como a menstruação é vista na comunidade participante da produção audiovisual e os efeitos dela na permanência de pessoas que menstruam no ambiente escolar.

Foto 4: Exibição do documentário Absorvendo o Tabu



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Ao fim da exibição da produção artística apresentamos aos discentes ilustrações do livro “A lua de Alice” de Carol Petrolina e Laura Barbeiro, as imagens mostram as fases dos ciclo menstrual e quais as mudanças que ocorrem no corpo de pessoas que menstruam, a escolha

desse material foi pautada na importância dos estudantes compreenderem as mudanças que acontecem nos corpos de pessoas que menstruam e como esses processos são cíclicos.

Após o desenvolvimento dos três primeiros momentos do roteiro da roda de conversa, iniciamos a partilha de conhecimentos, a qual nos proporcionou uma conversa de 1h (uma hora) que contou com resposta e discussões dos participantes da pesquisa, possibilitando assim o surgimento de três categorias assim distribuídas:

- a) *fenômeno da menstruação no ambiente escolar;*
- b) *relações interpessoais e familiares sobre o fenômeno da menstruação;*
- c) *aspectos biológicos sobre menstruação no corpo humano.*

4.1. O fenômeno da menstruação no ambiente escolar

Nessa categoria vamos analisar como o ato de menstruar se configura na escola, tendo como problemas a serem discutidos os desafios enfrentados durante os ciclos menstruais e a assiduidade nas escolas, medos e anseios de pessoas que menstruam e como pessoas que não menstruam enxergam isso, e por fim quais iniciativas podem ser tomadas pelas instituições de ensino para tornar a experiência de menstruar mais confortável.

Menstruar na escola pode ser considerado por muitos um grande medo. No documentário “Absorvendo o Tabu”, de Rayka Zehtabchi, quando pessoas que menstruam passam pela menarca a permanência nas instituições de ensino decai significativamente, colocando as mesmas em um lugar de dependência e inferioridade a pessoas que não menstruam, uma vez que a partir da menarca as (os) sujeitas (os) que vivenciam esse fenômeno natural do corpo humano são impossibilitados de continuar suas vidas escolares, pois enfrentam os desafios que norteiam os pilares da precariedade menstrual.

No Brasil, esse fenômeno se faz muito presente no âmbito escolar, entretanto os diálogos acerca desses desafios são escassos, desencadeando assim o enfrentamento de desafios constantes na permanência e desenvolvimento de atividades escolares durante os períodos menstruais. Nesse tocante durante a roda de conversa o seguinte diálogo ocorreu:

Moderadora 1: Vocês perceberam nesse documentário que as pessoas que menstruam deixam de ir para a escola por conta desse fenômeno natural do corpo humano?

Madu: Eu achei muito triste o fato dela ter deixado de estudar por conta disso, porque aqui é normal para a gente, mas lá é tão difícil.

Moderadora 1: Por mais que aqui seja normal e as pessoas continuem frequentando as escolas, existem pessoas que não conseguem, pois existem as questões que vem junto com esse período. Vocês, sujeitos que não menstruam, têm mães, irmãs, tias. Em algum momento vocês presenciaram momentos em que elas foram impedidas de fazer algo por estarem em seus períodos?

Pessoas que não menstruam: [silêncio].

Moderadora 1: E vocês pessoas que menstruam já deixaram de vir para a escola por conta disso?

July: Eu quase não venho hoje por isso.

Nayane: No primeiro dia sinto muitas cólicas.

July: Até antes mesmo da menstruação as vezes sentimos muitas cólicas.

Moderadora 1: São as fases que vimos nas ilustrações, né?!

Madu: Eu não sinto muito, mas eu tenho uma prima que desmaia de tanta dor, comigo não acontece, mas com ela sim e a dor é tão forte ao ponto de ela desmaiar e não ir para a escola por conta disso.

Moderadora 1: Vocês já deixaram de vir à escola em dias consecutivos por conta do ciclo menstrual?

Nayane: Teve dias que eu acordei e não estava nada bem, aí falava para a minha mãe, “mãe, hoje não tem como eu ir”, já passei dois dias sem vir, aí meu pai veio aqui justificar.

Moderadora 1: E se acontecer na escola?

Todas as pessoas que menstruam: Já aconteceu.

Nayane: A minha primeira vez foi na escola, aí eu fui lá na coordenação, acho que foi até contigo (**aponta para Max**), a gente foi lá e pegou um absorvente.

Moderadora 1: Vocês acham que a escola oferece um ambiente adequado para vocês realizarem essa higiene.

4 pessoas que menstruam: Sim

July: Mais ou menos, eu acho que a escola deveria oferecer absorvente no banheiro, não digo remédio pois as pessoas podem passar mal, às vezes temos matérias importantes e não podemos perder e eles poderiam oferecer ao menos uma unidade de absorventes para ficarmos confortáveis até o fim das aulas.

Percebe-se que existe uma resistência dos (as) participantes que não menstruam em responder perguntas relacionadas à menstruação. Por outro lado, as pessoas que menstruam mostram interesse e vontade de partilhar suas experiências com os que estavam presentes na conversa. Desse modo, um ponto importante é o fato dos desafios enfrentados por pessoas que menstruam começarem antes dessas (es) sujeitas (os) estarem no ambiente escolar, os impossibilitando de frequentarem o ambiente por dias consecutivos, provocando prejuízos a esses estudantes, uma vez que pode ocorrer a perda de assuntos importantes para as atividades avaliativas de cada bimestre.

Outro ponto analisado é a disponibilização de um ambiente adequado para a realização da higiene menstrual e a distribuição de absorventes higiênicos nos banheiros escolares. Ambos os problemas enfrentados pelos estudantes fazem relação com os pilares norteadores da precariedade menstrual (UNFPA; UNICEF, 2021), mostrando assim que os desafios de menstruar no ambiente escolar não se restringem apenas a falta de absorventes higiênicos.

Todos esses pontos elencados pelos participantes poderiam ser solucionados com políticas públicas que combatassem os desafios constantes de menstruar no ambiente escolar. Em consonância a isso, o Governo do Estado do Pará anunciou o programa Dinheiro nas Escolas Paraenses que, de acordo com Marcelo Junior (2023, s/p):

“Com repasse superior a R\$100 milhões ainda no primeiro semestre de 2023 e mais R\$100 milhões no segundo, o projeto contempla pequenas obras e reformas, melhoria

de infraestrutura física, melhoria pedagógica, manutenção contínua da unidade escolar, sustentabilidade ambiental, garantia de equipamentos pedagógicos e tecnológicos, além da climatização das unidades escolares, essencial para o processo de aprendizagem. ”

A escola lócus desta pesquisa será beneficiada por esse programa e, em tese, poderá oferecer um ambiente adequado que contemple as necessidades de pessoas que menstruam na sua higiene menstrual. Entretanto, como fica a distribuição de absorventes higiênicos?

A instituição na qual a pesquisa foi realizada tem como uma de suas prioridades a comprar de pequenas quantidades de absorventes para casos de emergência, pois a gestão e coordenação entendem a necessidade de promover a dignidade menstrual no ambiente escolar, entretanto, essa assistência acontece apenas no ambiente escolar, colocando pessoas que menstruam em situações de vulnerabilidade nos ambientes sociais, familiares e afins.

Como abordado anteriormente, o Estado do Pará conta com a lei nº 9.342, de 11 de novembro de 2021, a mesma institui as diretrizes norteadoras do acesso a produtos de higiene menstrual e como ocorrerá a distribuição desses produtos no Estado, o que inclui as instituições de ensino (PARÁ, 2021, p. 7). Entretanto, até os dias atuais as escolas Estaduais, não foram beneficiadas com os produtos de higiene menstrual para a distribuição em grandes quantidades para as(os) estudantes do espaço, provocando assim o enfrentamento de desafios constantes relacionados a assiduidade escolar e ao fenômeno da menstruação, além de colocar pessoas que menstruam em situações de vulnerabilidade em todos os âmbitos da vida humana, pois a falta de acesso a esses produtos atua como fator impeditivo na realização de atividades cotidianas.

Durante o desenvolvimento da roda de conversa, frequentemente surgiram inquietações sobre os desafios enfrentados no ato de menstruar no ambiente escolar. Dentre elas destacamos:

Moderadora 1: Vocês acham que esses desafios que vocês enfrentam prejudicam vocês aqui na escola?

Madu: Às vezes pela dor, cólica forte. Tem vezes que o professor não entende e não deixa a gente sair, ficamos lá morrendo de dor e as pessoas falam que é besteira.

July: Realmente tem essa dificuldade, às vezes queremos ir ao banheiro para ver se vazou e o professor não deixa ir falando “você já foi agora a pouco”.

Moderadora 1: Não é algo que a gente controla, né?!

[Todos acenam positivamente com a cabeça]

Moderadora 1: Não sei se vocês já ouviram falar, mas existe algumas escolas que distribuem absorventes!

Madu: Sim!

Moderadora 1: Vocês acham que se a escola de vocês e as outras de Bragança distribuíssem esses produtos de higiene menstrual ocorreria a diminuição dos desafios que enfrentamos durante o período?

July: Talvez! principalmente quando menstruamos na escola.

Madu: A minha mãe faz faculdade e eles tiveram uma aula sobre isso e eles fizeram uma cestinha e colocaram absorventes e remédios para cólica para deixar no banheiro, acho que em duas escolas particulares de Bragança [PA] tem.

July: Acho que seria necessário pois existem meninas que realmente não tem condições de comprar e não vem para a escola por isso, principalmente as que moram longe. Tem meninas que moram no interior aí chegam cedo e voltam tarde para casa. Acho que a escola poderia distribuir, nem que fosse somente um para a pessoa trocar na escola e ficar confortável.

Moderadora 1: A Madu disse que da ação que fizeram na universidade que a mãe dela estuda, vocês acham que seria interessante que tivesse na escola de vocês também?

Todos: Sim

Madu: Lembro que uma vez eu fiquei menstruada e nesse dia eu não trouxe absorvente pois tinha emprestado, eu estava sentada na cadeira e quando levantei estava muito sujo. Nessa hora eu não sabia o que fazer, não tinha para quem pedir, aí eu fui embora correndo.

Moderadora 1: Era no início da aula?

Madu: Não, estava no recreio ainda, algumas pessoas estavam na sala, eu não tinha absorvente e não sabia que a coordenadora dava quando alguém precisava. Acho que se tivesse no banheiro seria melhor, eu iria para casa mais confortável.

No diálogo apresentado é possível perceber a incompreensão dos professores sobre a necessidade básica de ir ao banheiro para verificação do início do ciclo menstrual ou intensidade de fluxo, além da vontade das estudantes de que a escola disponibilize produtos de higiene menstrual.

No que tange a incompreensão dos professores sobre a necessidade básica de verificar um possível vazamento menstrual, trocar as toalhas higiênicas ou medicação para dores de cólica podemos relacionar com a educação centrada na autoridade do professor, onde o professor usa de sua autoridade para se sobrepôr ao educando, sem considerar seus conhecimentos prévios e necessidades básicas.

De acordo com Louro (2003, p. 18-19):

[...] as marcas mais permanentes que atribuímos às escolas não se referem aos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se referem a situações do dia-a-dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como constituímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual.

Desse modo, podemos afirmar que, por possuir ligação direta com a constituição das identidades sociais das pessoas, as experiências vivenciadas pelos estudantes durante a vida escolar, quando negativas, podem influenciar negativamente nas relações afetivas e de desenvolvimento da aprendizagem em sala de aula.

Quando relacionamos essa questão com o menstruar em ambiente escolar, podemos encontrar traumas, medos e desconfortos para pessoas que menstruam, tornando a experiência de menstruar nesses ambientes desafiadora para essas (es) sujeitas (os). Portanto, é necessário que os profissionais da educação desenvolvam um olhar mais sensível e acolhedor nessas

situações específicas, pois menstruar é uma parte da fisiologia de pessoas que menstruam e não pode ser controlada.

Por conseguinte, a outra questão a ser analisada é a vontade dos estudantes de que ocorra a distribuição de produtos de higiene menstrual nas instituições de ensino, como foi discutido anteriormente na primeira análise dessa categoria o estado do Pará dispõe de uma lei que determina como direito a distribuição de produtos e higiene menstrual, a qual é embasada no Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual (BRASIL, 2021). Mesmo com leis nos âmbitos federal e estadual, a efetivação dessas não é uma realidade no Estado do Pará, deixando apenas em vontades o direito de menstruar livremente com conforto e segurança.

Posteriormente, ainda durante o desenvolvimento da roda de conversa com as (os) estudantes, observamos a visão de pessoas que não menstruam sobre a menstruação no ambiente escolar, podemos destacar o seguinte diálogo:

Moderador 2: Na escola vocês acham que esse é um assunto que surge mais entre quais sujeitos?

Todos: Entre as meninas

Moderador 2: As pessoas que não menstruam não conversam sobre isso?

Vand: Não

Moderador 2: Nem por curiosidade?

Pessoas que não menstruam: Não

Moderador 2: E quando alguém próximo de vocês menstrua?

Vand: Uma coisa que a gente acompanha é a dor de cólica, tenho algumas amigas que comentam isso comigo e eu fico sem fazer nada pois não sei o que fazer.

Moderador 2: Agora entre vocês pessoas que menstruam isso é mais comum?

Madu: É porque a gente pergunta se sujou a calça

Nayane: A gente se levanta e a outra olha

July: Se tem remédio para cólica ou absorvente

Madu: Acho que esse é o maior medo quando a gente está menstruada e vem para a escola, por conta de vazar ou quando você está sentindo que vai acontecer alguma coisa e acontecer na escola.

Moderadora 1: Para ir ao banheiro, vocês sentem vergonha de pegar o absorvente na bolsa e ir para o banheiro?

Yumi: Eu não sinto

Madu: Sim porque na sala de aula tem muita gente idiota que fica falando coisinhas, aqui está normal conversar, lá tem muita gente que ficaria falando besteira e nós ficaremos desconfortáveis com isso.

July: Na verdade os meninos não entendem, principalmente quando estamos com cólica, quando estamos com dor eles ficam falando “ah, isso é só uma dorzinha”.

Moderador 2: Como a gente viu no documentário, as pessoas que menstruam ficam com vergonha e os outros sujeitos nem sabem.

No diálogo é possível identificar como as pessoas que menstruam e não menstruam enxergam a menstruação, em que as pessoas que não menstruam não conversam sobre o ato e não possuem curiosidade sobre a temática, mesmo que no ambiente escolar os estudantes presenciem pessoas que menstruam vivenciando essa experiência. Por outro lado, pessoas que

menstruam externalizam seus medos sobre menstruar na escola, medos esses advindos de olhares e julgamentos de pessoas que não menstruam. De acordo com Spivak (2010, p. 85):

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos há “evidencia”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.

Desse modo, entende-se que na atualidade pessoas que menstruam são colocadas em um lugar de inferioridade, onde seus medos, anseios e dores não são consideradas importantes e dignas de preocupação. Seguindo essa linha de raciocínio é inevitável pensar quais medidas devem ser tomadas para que ocorra o rompimento dessa visão hierárquica sobre pessoas que menstruam no ambiente escolar. Para tanto, a ocorrência de pequenas mudanças nesse sistema patriarcal pode ser associada à reunificação dos assuntos dos diferentes gêneros, pois o diálogo aberto sobre os assuntos possibilita a compreensão dos desafios enfrentados por ambos, permitindo que o subalterno que menstrua percorra o caminho contrário a obscuridade. Além disso colocar em movimento a Educação Menstrual é necessário, sendo essa um dos pilares norteadores da dignidade menstrual (XAVIER; SILVA JUNIOR, 2023), a implementação desse pilar não eliminaria completamente esses estigmas históricos associados ao feminino, entretanto promoveria a criação de um espaço com menos julgamentos e acolhedor para pessoas que menstruam.

Percebemos também que o diálogo sobre a menstruação surge mais frequentemente entre pessoas que menstruam, a preferência em discutir esse assunto com essas (es) sujeitas (os) está diretamente ligada a comportamentos que foram ensinados historicamente e que perpetuam até a atualidade, sejam eles relacionados a formas que as pessoas devem se comportar, vestir, falar e afins. A falta de diálogos abertos sobre o assunto menstruação e o diálogo apenas com gêneros determinados reforçam a ideia de que a falta de conhecimentos sobre o assunto não é apenas um silenciamento de pessoas que não menstruam é também de pessoas que menstruam. De acordo com Perrot, 2006 “Apesar do corpo feminino ser exposto no discurso dos poetas, dos médicos, dos políticos, as próprias mulheres não falam dele”, desse modo, percebemos a importância de romper com esses estigmas culturais e históricos presentes na sociedade, promovendo diálogos abertos sobre a temática e empoderando pessoas que menstruam a serem livres para exporem os desafios decorrentes da menstruação.

Portanto, conclui-se que nessa subseção foi possível identificar com dados concretos que pessoas que menstruam enfrentam desafios constantes advindo do ciclo menstrual, os quais as impossibilita de desenvolver suas atividades escolares, provocando desconforto, insegurança, medos e traumas advindo dos desafios desse fenômeno natural do corpo humano. Percebe-se também a importância de dialogar abertamente com o público geral sobre o assunto menstruação, pois a normalização de assuntos invisibilizados se faz necessária para que ocorra o rompimento de estigmas históricos.

4.2. Relações interpessoais e familiares sobre o fenômeno da menstruação

Nessa categoria analisaremos como as relações interpessoais e familiares refletem nos ciclos menstruais, período temporal ao qual os participantes da pesquisa tiveram acesso às informações sobre o ciclo menstrual e ambientes que proporcionam um diálogo confortável para os estudantes sobre o assunto.

Dialogar com mães e pais sobre os fenômenos naturais do corpo humano é uma tarefa difícil para adolescentes que estão em uma fase de novas descobertas. Por compreendermos essa dificuldade durante a roda de conversa, os participantes foram questionados sobre o momento em que tiveram acesso às informações sobre a menstruação no âmbito familiar e se os diálogos tecidos englobavam a todos de igual modo. A partir disso, o seguinte diálogo ocorreu:

Moderadora 1: Os responsáveis por vocês nunca conversaram sobre isso?

Todas as pessoas que menstruam: Já conversaram

Nayane: Meu pai chorou quando eu fiquei, ele falava assim “minha mocinha”

Moderadora 1: Vocês pessoas que não menstruam, os pais e vocês já falaram o que é?

Vand: Não

Moderadora 1: Vocês têm irmãs?

Jorge: Não

Vand: Tenho, mas não de convivência

Moderadora 1: Falar desse assunto em um ambiente onde tem pessoas que não menstruam é confortável para vocês?

July: Depende

Madu: Antigamente não, mas hoje em dia é normal

July: Aqui nesse ambiente agora seria desconfortável falar mais das partes íntimas, como a gente fica né, mas sobre a menstruação não

Max e Yumi: Mais ou menos, depende das pessoas que estão

Moderadora 1: E vocês, pessoas que não menstruam, se sentem confortáveis em falar sobre isso perto do outro grupo?

Vand: Não

Jorge: Eu não queria falar sobre isso

Vand: É uma coisa que não estamos acostumados.

Com base no diálogo é possível perceber a facilidade de pessoas que menstruam ao falar com seus familiares sobre a temática. Entretanto, as pessoas que não menstruam possuem certa resistência em falar sobre ciclos menstruais, uma vez que o assunto não foi abordado com os mesmos no âmbito familiar, a falta de diálogo com essas (es) sujeitas (os) é justificada socialmente com a desculpa de que os mesmos não vivenciam esse fenômeno, portanto não existe a necessidade de saberem sobre, perpetuando de forma descontrolada os tabus enraizados na sociedade e desencadeando a falta de conhecimentos sobre sexualidade e as diferenças dos corpos.

De acordo com Alfredo Fierro (1995, p. 300):

“O momento de maior tensão entre pais e filhos parece se produzir exatamente ao redor da puberdade. Ao chegar esse momento, torna-se mais distante e também mais rígida a relação no seio da família, diminui a deferência do filho para com a mãe, deteriora-se a comunicação e se multiplicam as interrupções da conduta do adolescente pela intervenção dos pais. Mais tarde, progressivamente, as relações costumam melhorar, embora persistam a falta de intimidade do jovem com os pais, em tudo o que se relaciona com sua própria vida. Os jovens são cada vez mais independentes em relação aos pais. Nisso, no entanto, os rapazes são muito mais do que as mulheres, que, com frequência, durante bastante tempo, e mesmo durante toda a vida, mantêm fortes laços emocionais, sobretudo com a mãe.”

Desse modo, podemos afirmar que a segregação por gênero de assuntos a serem ensinados e a falta de comunicação da família sobre todos os fenômenos que ocorrem nos corpos dos adolescentes acaba por fortalecer o afastamento dos mesmos de seus responsáveis legais. De acordo com Fierro na citação acima as pessoas que não menstruam são mais independentes das mães e pais nas tomadas de decisões e acabam por não possuir a oportunidade de tecer diálogos sobre os fenômenos naturais do corpo de ambos os sexos, já as pessoas que menstruam dialogam com mais frequência e facilidade com suas responsáveis legais, pois ainda vivemos em uma sociedade que perpetua a divisão por sexo em diferentes âmbitos. Essa segregação acaba por desencadear os desafios decorrentes da menstruação, pois culturalmente as pessoas que não menstruam são ensinadas a ignorar e não aprender sobre o ciclo menstrual, já as pessoas que menstruam são instruídas a esconder e não dialogar sobre as mudanças que ocorrem em seus corpos, invisibilizando os desafios enfrentados.

Além disso, durante a conversa com as (os) participantes da pesquisa, foi possível perceber uma presença atípica do pai de uma das participantes ao descobrir o acontecimento da menarca de sua filha, mostrando assim a possibilidade e necessidade de promover discussões sobre essa questão nos âmbitos familiar e escolar, para que assim esses dois espaços,

pertencentes à comunidade escolar, possam trabalhar juntos e proporcionar um ambiente acolhedor e seguro para pessoas que menstruam.

Neste tocante, ao percebermos a discrepância de acesso a informações sobre a menstruação entre os participantes da pesquisa achamos relevante questioná-los acerca do momento em que o assunto foi apresentado pelos seus responsáveis legais, além de darmos ênfase ao lugar de pessoas que não menstruam no acesso dessas informações. Desse modo o seguinte diálogo surgiu:

Moderador 2: As informações que os responsáveis de vocês deram foi antes de acontecer ou depois?

3 pessoas que menstruam: Antes

2 pessoas que menstruam: Depois

July: Eu sabia porque minha mãe menstruava, no começo eu ainda tomava banho com minha mãe.

Moderador 2: As mães de vocês não falam com vocês sobre isso?

Vand: A minha mãe fala com a minha irmã, eu escutava algumas conversas

Moderadora 1: Mas nunca falaram o que você deve fazer quando alguém estiver em uma situação delicada?

Vand: Assim, a minha mãe fala mais com minha irmã porque minha irmã é mulher, comigo é diferente porque elas sabem que os meninos não irão ter aquilo, por isso ela nunca conversou comigo sobre.

Moderadora 1: Mas se alguém precisasse da sua ajuda nessa situação, o que você faria?

Vand: Eu ficaria bem nervoso e não saberia o que fazer

Moderadora 1: E você Jorge?

Jorge: Não sei responder

July: Acho que as mães não procuram falar com os meninos porque se tiver a Madu e o Vand aqui eu irei pedir ajuda para a Eduarda porque ela é menina, então dependendo muito do ambiente acho que as mães não conversam com os meninos sobre isso porque mulher pede ajuda para mulher e não para os homens.

Madu: A minha mãe explica para os meus irmãos, quando estamos menstruadas elas pedem para eles comprarem absorventes, então acho que eles sabem de absorvente mais que eu, eles entendem da dor e de tudo porque minha mãe é enfermeira, eu tenho 3 irmãos sou a única menina.

Moderadora 1: Vocês acham que seria interessante se todos soubessem sobre, justamente para quebrar esses pensamentos e a sensação de vergonha que sentimos?

Todos: Sim

Moderadora 1: Mas vocês não acham que se todos soubessem sobre faria com que nós não tivéssemos essa vergonha?

Todos: Sim

Madu: Eu sempre ando com uma bolsinha, a July até já me pediu algumas vezes, lá tem remédio para cólica, outros tipos e absorventes para quando ou precisar ou caso outra pessoa precise.

Com base no exposto é possível perceber dois problemas que se interligam, sendo eles as informações superficiais transmitidas a pessoas que menstruam e o desconhecimento de pessoas que não menstruam sobre a temática.

No que tange a importância do diálogo entre as famílias e adolescentes sobre as mudanças do corpo humano Takiuti (1996, p. 230-231) afirma:

Os adolescentes precisam dialogar, conversar, ouvir, opinar, emitir e defender idéias, criticar e propor num clima de compreensão, afeto e respeito. É necessário que tenham garantias para conjugar o verbo “adolescer”, que quer dizer amadurecer, transformar, florescer. [...] Essa é uma fase de perguntas e de dúvidas. Se elas não foram ouvidas, discutidas e esclarecidas com liberdade e sem preconceitos poderão tornar-se ansiedade, angústias e frustrações [...].

Podemos afirmar que dialogar abertamente sobre a temática é necessário para preparar pessoas que menstruam quando a menarca acontecer, é importante buscar estratégias para apresentar o tema a essas pessoas antes de acontecer a primeira menstruação, ou seja, desde os primeiros anos escolares, para que assim os mesmos não desenvolvem traumas e choques associados às mudanças decorrentes desse ocorrido. O diálogo aberto com pessoas que não menstruam também se mostra necessário, pois é preciso proporcionar a liberdade desses adolescentes de esclarecer dúvidas referentes a mudanças que ocorrem com pessoas que menstruam em seu ambiente familiar e escolar, eliminando possíveis dúvidas e frustrações ao estarem diante de uma situação de iminência menstrual com algum sujeito pertencente a esses dois âmbitos.

Ademais, em um trecho do diálogo percebemos que as pessoas que menstruam usam de pequenas bolsas para esconder seus produtos de higiene menstrual durante seus ciclos, mostrando novamente resquícios de uma cultura que ensina as pessoas que menstruam a esconder, não falar, sofrer em silêncio, sentir vergonha de um fenômeno natural do corpo humano. Desse modo, percebemos a necessidade de promover diálogos abertos e esclarecer as dúvidas que surgem durante o desenvolvimento de crianças e adolescentes, para que assim pessoas que menstruam não usem de pequenas bolsas como esconderijos

Posteriormente, ao percebermos a proximidade dos discentes participantes da conversa, direcionamos o diálogo para os ambientes em que as (os) participantes se sentem confortáveis para abordar a temática menstruação, fazendo assim uma ligação direta com as relações interpessoais e familiares. Dessa forma o seguinte diálogo surgiu:

Moderador 2: Em qual ambiente vocês se sentem mais confortáveis para falar sobre isso, na escola, em casa ou entre amigos?

Madu: Na escola

Moderador 2: E vocês? (**Pergunta direcionada a pessoas que não menstruam**)

Vand: Depende muito, as meninas conhecem um pouco o Jorge e eu, estamos aqui escutando, mas não podemos confiar em qualquer pessoa. Tem pessoas que querem apenas brincar, tem uma pessoa da sala que disse “irei lá somente para ver como é e brincar” sem querer de fato entender o assunto, então discutir sobre esse assunto na escola depende muito das pessoas que irão participar dessa roda de conversa.

Yumi e Max: Mais em casa

July: Depende do lugar, se no espaço tiver poucas pessoas é normal conversar, em casa fazemos brincadeiras sobre.

Nayane: Em casa

Madu: Acho que prefiro falar com uma amiga mais próxima que em casa, as vezes minha mãe e avó não entendem e eu fico na minha.

Os diálogos tecidos pelos estudantes nos mostram três respostas distintas, onde podemos perceber a insegurança de falar sobre o assunto por medo de represálias de colegas que veem a temática como desnecessária, a facilidade de conversar sobre a questão nas instituições de ensino e o conforto de sanar dúvidas no âmbito familiar.

O ingresso ao ambiente escolar proporciona aos seres humanos a oportunidade de conhecer e interagir com diferentes pessoas, culturas, gostos e afins, proporcionando o estreitamento de laços entre os mesmos. Na adolescência esse fenômeno se faz ainda mais presente nas relações de amizade, grupos são formados e o compartilhamento de experiências e vivenciadas pelos mesmos são partilhados com frequência.

Nesse sentido, Fierro (1995, p. 300) afirma que:

“Paralelamente à emancipação em relação à família, o adolescente estabelece laços mais estreitos com o grupo de companheiros. Estes laços costumam ter um curso típico. Primeiro, é o grupo de um único sexo, a miúdo com atitudes ainda que superficiais de hostilidade pelo sexo oposto. Mais tarde, começam a se relacionar e fundir com grupos dos sexos diferentes, para formar um grupo misto, que constitui agora um magote indissolúvel e homogêneo, onde não existe relações ou situações privilegiadas de uns com os outros [...]. Tampouco é verdade que os pais deixam de influir no adolescente, em suas decisões ou gênero de vida [...].”

Com base no exposto podemos afirmar que a preferência dos participantes em conversar sobre a temática no ambiente escolar e no ambiente familiar é compreensível, pois nessa fase a criação de grupos companheiros é comum, essas (es) sujeitas (os) partilham de suas vivências com pessoas da mesma idade que estão percorrendo o mesmo trajeto de descobertas e novas experiências, um exemplo disso é a vivência da menarca.

Desse modo, mesmo com a criação dos grupos companheiros, a família possui grande influência nas tomadas de decisões de seus filhos, por esse motivo o compartilhamento de informações com aquela sobre as mudanças nos corpos dos filhos é comum e inevitável, pois ela (família) se torna uma figura de força e segurança que os mesmos precisam para passarem por momentos de descobertas.

Além disso, no que tange à insegurança de um dos participantes de discutir sobre o assunto, podemos afirmar que essa resistência está diretamente relacionada com os estigmas da sociedade que associam o sexo feminino a algo ruim. Um dos estigmas que podemos relacionar são os códigos usados pela sociedade historicamente para indicar a ocorrência da menstruação, de acordo com Fáveri e Venson (2007, p.3) “referem ao próprio corpo por metáforas: “o chico”,

“o boi”, “tá com a boiada”, “ficou mocinha”, “assistida”, “está assistindo”, “tava naqueles dias”, “regra”, “bandeira vermelha”, essa infinidade de códigos se configuram como uma forma de esconder e não discutir no âmbito familiar e escolar diretamente as mudanças que acontecem no corpo humano, reforçando o silenciamento de pessoas que menstruam.

Nesta subseção foi possível perceber como as relações familiares e interpessoais de configuram de diferentes formas quando pensamos nas mudanças que ocorrem no corpo humano, inicialmente visualiza-se a falta de comunicação dos responsáveis legais sobre o assunto menstruação com pessoas que não menstruam, promovendo assim o afastamento dos mesmos de seus responsáveis legais no que tange particularmente à temática menstruação. Além disso, percebemos a importância do diálogo aberto como forma de eliminar dúvidas dos adolescentes decorrentes do desenvolvimento humano, que como vimos nessa categoria podem ser inferiorizadas ou vistas como desnecessárias pelas pessoas que compartilham do meio familiar e interpessoal.

4.3. Aspectos biológicos sobre menstruação no corpo humano

Nessa categoria vamos analisar os aspectos biológicos que foram elencados pelos participantes da roda de conversa, entre esses aspectos teremos os conhecimentos dos mesmos sobre a menstruação, medos iniciais sobre esse fenômeno e idade da menarca.

A menstruação é um fenômeno natural do corpo humano, contando com diversas características que explicam as especificidades norteadoras desse ciclo. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2018), na escola essa temática deve ser trabalhada no oitavo ano do ensino fundamental, tendo como parâmetro a unidade temática “Vida e Evolução” e a habilidade (EF08CI08) analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.

Durante o desenvolvimento da roda de conversa com os estudantes, ocorreu o seguinte diálogo:

Moderadora 1: Vocês viram que no documentário eles perguntam para as pessoas “você sabem o que é menstruação?”. E eu pergunto para vocês, você sabem o que é menstruação?

Vand: Não sei

[Todos riem]

Vand: Eu sei, só não sei como ocorre

Jorge: Não sei

Moderadora 1: Se você precisasse explicar como seria a explicação?

Vand: Olha, eu nunca parei para estudar sobre isso, mas eu acompanho minha mãe, quando ela menstrua tem fases que ela muda, na TPM ela fica furiosa, com raiva e as vezes fica mais sentimental.

Moderadora 1: É uma das fases desse ciclo, né. E você Jorge, saberia explicar?

Jorge: eu não saberia explicar

Moderadora 1: Mesmo vendo as vivências da sua mãe ou avó?

Jorge: Eu nunca parei para perguntar se elas ainda passam por isso

Madu: Eu fiquei com medo porque eu pensei que iria morrer, aí eu comecei a chorar e desmaiei de tanto medo

Max: Eu achei que era uma doença

Yumi: Sim, a gente foi no banheiro

July: Eu fiquei com medo, pensei que eu iria morrer aí eu comecei a chorar e falei mãe eu vou morrer

Percebe-se dois problemas relevantes que podemos analisar, sendo o primeiro a falta de conhecimentos das pessoas que não menstruam, o qual provocou neles a sensação de desconforto ao falar sobre o tema, fazendo com que os estudantes ficassem calados por grande parte conversa. O perceptível desconforto de falar sobre o tema menstruação poderia se configurar como fator impeditivo para a participação dos mesmos na roda de conversa, entretanto, a vontade de aprender algo novo e ajudar as pessoas que compartilham de seu meio familiar e social quando as mesmas estivessem em situação de vulnerabilidade despertou um interesse latente desses participantes.

Em consonância a isso, outro problema é a falta de conhecimento e preparo das pessoas que menstruam durante a menarca. De acordo com Carreiro e Cascón (1995, p. 283): “Os seres humanos possuem, portanto, uma forte resistência a modificar suas ideias sobre qualquer fenômeno. Só mudam de teoria quando dispõem de outra mais completa, que considere não só o que é explicado pela anterior, mas também outros novos fenômenos”. Desse modo, é possível perceber que as estruturas sociais invisibilizam esses aspectos biológicos, provocando assim a falta de conhecimento sobre um fenômeno natural do corpo humano, o que torna a experiência de vivenciar a menarca um processo difícil, traumático e desafiador.

O diálogo aberto sobre a temática nos meios sociais e escolar se mostra necessário, para que assim pessoas que menstruam e não menstruam conheçam os fenômenos dos corpos e proporcionem a criação de um espaço acolhedor, confortável e sem julgamentos para pessoas que menstruam e sofrem historicamente com diversos estigmas associados a esses fenômenos do corpo humano.

Ainda nesse aspecto, percebemos a constância de falas sobre os sentimentos que surgiram após a ocorrência da menarca, sendo eles a sensação de morte e de doença. Percebe-se que esses sentimentos percorrem gerações em consequência da falta de informações sobre as mudanças do corpo humano, de acordo com Mundim, Souza e Gama (2020, p.5) “A oposição entre sagrado e profano é transferida à oposição entre sociedade masculina ou feminina, as

quais seriam separadas por proibições e tabus para que, como proteção, não mudem de essência ou desestabilizem as hierarquias estabelecidas. ”. Nesse sentido, entendemos que mesmo com os avanços tecnológicos e a facilidade no acesso a informações sobre a menstruação os tabus e preconceitos históricos perpetuam na sociedade, desencadeando incessantemente os mesmos sentimentos de gerações passadas sobre o menstruar.

Anteriormente, apresentamos a divisão de gênero que ocorre desde os primeiros anos da vida escolar dos alunos, como fila para meninos e fila para meninas (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 9), desse modo a proposição de trabalhar esse assunto com pessoas que não menstruam se mostra como iniciativa essencial para o rompimento de conceitos criados desde o início da vida escolar, mostrando a importância de efetivar a aplicação das unidades temáticas e habilidades vigentes na Base Nacional Comum Curricular (2018), e assim tornar os diálogos sobre a temática mais frequente e sem estigmas que envergonham.

Outrossim, com o desenrolar da roda de conversa outras reflexões que estão diretamente ligadas aos aspectos biológicos foram elencadas, dentre elas podemos destacar:

Moderadora 1: Vocês falaram que quando aconteceu a primeira vez vocês pensaram que iriam morrer ou que era uma doença, quando aconteceu vocês não sabiam o que era aquilo?

3 pessoas que menstruam: Eu sabia

Nayane: Minha mãe sempre explicou sobre

Madu: Eu sabia da minha mãe, mas eu não sabia que iria acontecer comigo

July: Eu menstruei com nove anos e foi um baque bem grande

Moderadora 1: respondam essa pergunta caso vocês se sentirem confortáveis, ok? Com quantos anos aconteceu a primeira menstruação de vocês?

Nayane: 12 anos

July: 9 anos

Madu: 10 anos

Yumi: 11 anos

Max: 10 anos

Moderadora 1: a minha foi com 13 anos

A primeira menstruação mais conhecida como menarca pode ser para muitos uma etapa desafiadora, e quando chega em tenra idade esse processo pode ser ainda mais difícil. De acordo com o Ministério da Saúde (2023) “A menarca, nome dado à primeira menstruação, ocorre geralmente entre 11 e 16 anos”, com base nos dados coletados durante a roda de conversa podemos por três vezes ver a diminuição da idade na qual ocorre a primeira menstruação, o que nos faz refletir sobre os desafios enfrentados por essas (es) sujeitas (os) que na época em questão ainda estavam na infância.

Para Louro (2003, p. 24) a primeira menstruação é “[...] um marco de “passagem” da infância para a vida adulta [...]”, quando essa *passagem* ocorre em tenra idade limitações são

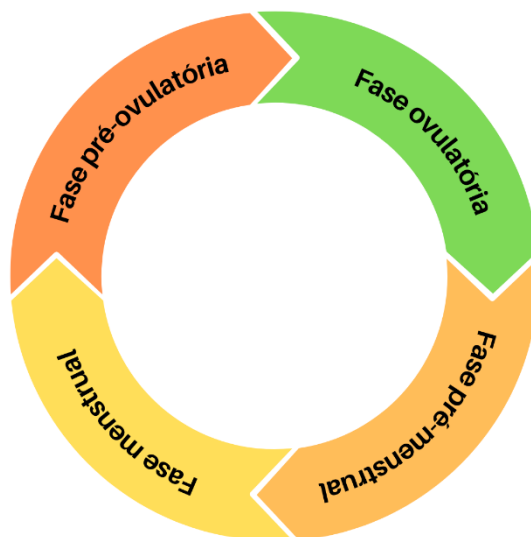
atribuídas a pessoas que menstruam, os impossibilitando de realizar atividades como brincar, tomar banho de piscina e outras atividades bem vistas por crianças, provocando assim a criação de conceitos como *monstruação* (PETROLINI; BARBEIRO, 2020), o qual é usado por algumas pessoas que vivenciam esse fenômeno natural do corpo humano e não gostam dessa experiência.

Com o desenrolar da conversa um dos materiais de apoio usados para embasar o momento de partilha de conhecimentos chamou a atenção de uma das participantes, sendo que o mesmo buscava exemplificar as fases do ciclo menstrual que são compostas por diferentes emoções, estados de disposição do corpo e mudanças na fisiologia de pessoas que menstruam. Sobre essa questão o seguinte comentário surgiu:

Madu: Até mês passado eu não sabia das fases do ciclo menstrual, eu estava conversando com uma amiga e pesquisei no *google*, fiquei pensando “meu deus, tem tanta coisa que eu não sabia”.

Conhecimentos prévios sobre os fenômenos do corpo humano proporcionam às pessoas que constantemente vivenciam novas experiências a segurança de perpassar por essas mudanças, além de colocá-los como autônomos e independentes diante das alterações decorrentes do amadurecimento. No livro “A lua de Alice” de Carol Petrolini e Laura Barbeiro as autoras usam as ilustrações das fases do ciclo menstrual como uma forma de explicitar as mudanças que ocorrem durante o período menstrual, na história a avó de Alice denominada de Lucila conta sua experiência em vivenciar a menarca, como forma de esclarecer dúvidas e romper traumas decorrentes da falta de informação sobre os corpos.

Figura 4: Fases do ciclo menstrual



Fonte: Elaborado pela autora com base nas ilustrações do livro “A lua de Alice” de Carol Petrolini (2023)

As fases do ciclo menstrual se constituem como uma informação base para que pessoas que menstruam compreendam quais mudanças irão ocorrer em seus corpos, a aquisição desse conhecimento atualmente pode ser feita a partir de uma rápida procura em um navegador de pesquisas *online*, entretanto, para que os alunos possam compreender em sua totalidade essas diversas facetas do corpo humano o ideal seria trabalhar esse assunto no ambiente escolar. Com isso, como vimos na primeira análise dessa seção, a Base Nacional Comum Curricular (2018) torna possível o trabalho dessa questão com base em suas unidades temáticas e habilidades, entretanto, as (os) participantes dessa pesquisa não tiveram acesso a esse conteúdo, pois o próprio documento normativo não usa termos diretos como “menstruação” ou “sexualidade”, limitando assim o currículo trabalhado na educação básica.

Nesta subseção foi possível perceber durante diversos momentos a falta de conhecimentos prévios dos participantes sobre os fenômenos naturais do corpo humano, mostrando a necessidade de desenvolver diálogos frequentes sobre o assunto, tendo em vista que os participantes estão vivenciando uma parte importante do desenvolvimento humano, a adolescência. Além disso, a diminuição da idade prevista para a ocorrência da menarca, mostrando como essa etapa do corpo humano atualmente perpassa por ocorrências precoces.

4.4. Os momentos finais da roda de conversa

Os últimos minutos da conversa foram pautados em um apanhado geral sobre os pensamentos das (os) discentes sobre o momento de partilha. Todos gostaram bastante do momento, enfatizaram a importância de discutir abertamente sobre o assunto e consideraram necessário o desenvolvimento de outros momentos como esse para o diálogo sobre assuntos problemas existentes no ambiente escolar. A presença de pessoas que não menstruam foi considerada por pessoas que menstruam algo importante e necessário, pois a participação nesse diálogo proporcionou aos mesmos a aquisição de conhecimentos sobre um tema que não era de domínio deles.

Foto 5: Diálogos finais sobre a roda de conversa



Fonte: Arquivo pessoal

Os estudantes demonstraram uma maturidade admirável, apresentando interesse em participar de todos os momentos da pesquisa, compartilhando suas vivências e experiências. A resistência das pessoas que não menstruam em falar sobre o assunto foi notória, entretanto compreendemos que a escolha dos mesmos estarem presentes no espaço foi pautada na vontade de aprender sobre o assunto e os desafios que as mesmas enfrentam durante os ciclos menstruais, tornando assim a presença deles na conversa algo genuíno e importante no processo de quebra dos preconceitos históricos desse fenômeno do corpo humano.

Foto 6: Entrega dos kits de higiene menstrual



Fonte: Arquivo pessoal

Ao fim da conversa fizemos a distribuição de *kits* de higiene menstrual, compostos por 16 unidades de absorventes higiênicos, um rolo de papel higiênico, um sabonete em barra, uma

trufa de chocolate e cartões de agradecimento pela participação dos estudantes. Desse modo, todos os participantes da pesquisa receberam os produtos, para usarem ou para presentear as pessoas que não menstruam, uma vez que eles vivem em espaços cercados de pessoas que menstruam que são importantes em suas vidas, o ato de considerar a higiene menstrual de um sujeito que menstrua torna o processo de menstruar menos desafiador, fazendo assim com que os mesmos compreendam a importância de ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou investigar a influência do período menstrual na vida escolar, usando das vivências, experiências e conhecimentos prévios dos estudantes do ensino fundamental anos finais de uma escola pública estadual de Bragança (PA). O estudo versa sobre a discussão aberta do tema menstruação, sem restrição por gênero, pois consideramos a importância dessa iniciativa para o alcance de quebra dos estigmas históricos que reforçam a segregação por gênero, desse modo, trabalhamos o tema problema com todos os estudantes que demonstraram interesse em participar da pesquisa, focalizando nos seus saberes prévios e experiências vivenciadas.

No que tange os resultados obtidos, foi possível dividi-los em três categorias, sendo elas: *o fenômeno no ambiente escolar; relações interpessoais e familiar sobre o fenômeno; aspectos biológicos do corpo humano*. A partir dessa categorização identificamos como os problemas e desafios enfrentados por pessoas que menstruam se configuram em diferentes dimensões da vida humana, perpassando pela escola, relações interpessoais, familiares e conhecimentos sobre seus corpos, indo diretamente de encontro com os pilares norteadores da precariedade menstrual.

Os resultados revelam que a precariedade menstrual não se restringe apenas a falta de absorventes higiênicos, o problema afeta a assiduidade na frequência escolar, as relações interpessoais e familiares decorrentes da falta de diálogos e conhecimentos acerca dos seus corpos e coloca as pessoas que menstruam e não menstruam em um lugar de vulnerabilidade no que tange a gravidez na adolescência, uma vez que a falta de diálogos sobre a menstruação é apenas o primeiro dos assuntos não discutidos quando pensamos na sexualidade em sua amplitude.

Consideramos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois conseguimos investigar as influências do ciclo menstrual de pessoas que menstruam na assiduidade escolar de acordo com estudantes do ensino fundamental (anos finais), focalizando em todos os momentos nas visões dos estudantes sobre a menstruação e quais desafios os mesmos

vivenciam ou visualizam pessoas que menstruam enfrentarem durante o período menstrual no ambiente escolar, familiar e social.

Por fim, entende-se que esse estudo se configura como relevante para a aquisição de conhecimentos e reflexões sobre os desafios decorrentes da menstruação em diferentes âmbitos da vida humana, tendo em vista as poucas produções acadêmicas sobre a temática realizadas no âmbito educacional, além de ser uma forma de reivindicar direitos que não são efetivados, como a distribuição de produtos de higiene menstrual, promoção da educação menstrual para o alcance da dignidade menstrual.

REFERÊNCIAS

ABSORVENDO O TABU. Direção: Rayka Zehtabchi. Produção de Rayka Zehtabchi et al. Estados Unidos: Netflix, 2019. *Stream*.

BRASIL. **Decreto nº 10.989, de 8 de março de 2022.** Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 7, 9 mar. 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2022/decreto-10989-8-marco-2022-792351-publicacaooriginal-164729-pe.html>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Brasília: Imprensa Oficial, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021.** Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 18 mar. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.214-de-6-de-outubro-de-2021-386717587>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saiba o que é a menstruação, quando ela acontece e quais as principais características.** Brasília: Ministério da Saúde, 24 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/saiba-o-que-e-a-menstruacao-quando-ela-acontece-e-quais-as-principais-caracteristicas>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CÂNDIDO, A.C.D.O; SALIBA, M.G. Interseccionalidade e a dignidade menstrual: um diálogo fundamental no combate às desigualdades. **Revista direitos sociais e políticas públicas (UNIFAFIBE)**, Bebedouro – SP, v. 10, n. 3, p. 1 – 26, 2023. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1288>. Acesso em: 08 abr. 2023.

CARRETERO, M; CASCÓN, J.A.L. Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem na adolescência. In: COLL, C; PALACIOS, J; MARCHESI, A (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva.** Porto Alegre: Artmed, 1995. p. 273 – 287.

MUNDIM, M.L.E; SOUZA, M.P.L.; GAMA, V. C. **Transformação da percepção da menstruação entre gerações.** *Tensões Mundiais, [S. l.]*, v. 17, n. 33, p. 229–247, 2021.

Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/3435>. Acesso em: 4 nov. 2023.

FÁVERI, M; VENSON, A. M. **Entre vergonhas e silêncios, o corpo segregado. Práticas e representações que mulheres produzem na experiência da menstruação.** Anos 90, [S. l.], v. 14, n. 25, p. 65–97, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/5403>. Acesso em: 3 nov. 2023.

FERREIRA, G.M. **Palavra de professor (a): tateios e reflexões na prática da pedagogia de Freinet.** 1. ed. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

FIERRO, A. Desenvolvimento da personalidade na adolescência. In: COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva.** Porto Alegre: Artmed, 1995. p. 288 – 305.

GONÇALVES, D.M.S. et al. Pobreza menstrual e os impactos na saúde da mulher. **Revista Foco**, Curitiba – PR, v. 16, n. 1, p. 01 – 08, 2023. Disponível em: <https://focopublicacoes.com.br/foco/article/view/645/534>. Acesso em: 8 abr. 2023.

GOTARDO, S. **Pobreza menstrual: uma análise sobre a discussão a partir da reportagem exibida no Programa Fantástico.** Organicom, São Paulo - SP, v. 19, n. 39, p. 171-184, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/195328>. Acesso em: 8 abr. 2023.

LINS, B.A; MACHADO, B.F; ESCOURA, M. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola.** 1. ed. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LOURO, G.L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G.L (Org). **O corpo educado: pedagogia da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 8 - 34.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LUPIN, B. **Desigualdades de gênero nos tributos devem ser revistas.** In: DW Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/desigualdade-de-g%C3%AAnero-no-sistema-tribut%C3%A1rio-precisa-ser-revista/a-55998414>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MINAYO, M.C.S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.** In MINAYO, M.C.S (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 9 – 29. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

NETO, O.C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002. p. 51-66.

Objetivos de desenvolvimento sustentável. Nações Unidas Brasil, [s.a]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 09 mar. 2023.

PARÁ. Agência Para. **Estado anuncia maior programa de descentralização de recursos da Educação do Pará.** Belém: Agencia Para, 11 maio. 2023. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/43611/estado-anuncia-maior-programa-de-descentralizacao-de-recursos-da-educacao-do-para>. Acesso em: 16 ago. 2023.

PARÁ. **Lei nº 9.342 de 11 de novembro de 2021.** Institui e define diretrizes para programa de acesso a produtos de higiene feminina e saúde básica, além da conscientização e educação sobre a menstruação. Pará, PA: Diário Oficial do Pará, p. 7 2021. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/portal/#2>. Acesso em: 01 fev. 2023.

PADRE LUIZ GONZAGA. (2020 - 2022). **Projeto político pedagógico**. Bragança-PA.

PERROT, M. **Os silêncios do corpo da mulher**. In: MATOS, M.I.S; SOIHET, R (Orgs). *Corpo Feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.

PETROLINI, C; BARBEIRO, L. **A lua de Alice: uma história sobre a primeira menstruação e os ciclos femininos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

Políticas públicas de dignidade menstrual. Prefeitura Municipal de Bragança, 2021. Disponível em: <https://braganca.pa.gov.br/politicas-publicas-de-dignidade-menstrual/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Ufmg, 2010. p. 23 – 167.

TAKIUTI, A.D. A saúde da mulher adolescente – 1993. In: MADEIRA, Felicia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 213 – 290.

UNFPA/UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos**.

Brasil: Unfpa/ Unicef, 2021. Disponível em:

https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef_unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

VIEIRA, L.M.H.P; LOPES, L.P; CARVALHO, M.G.F. Pobreza menstrual: uma questão de saúde pública. **Revista de administração hospitalar e inovação em saúde (RAHIS)**, Belo Horizonte – BH, v. 18, n. 4, p. 161, 2021. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/view/7327>. Acesso em: 08 abr. 2023.

WEEKS, J. Corpo e a sexualidade. In: LOURO, G.L (Org). **O corpo educado: pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 35 – 82.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Orientador: Sebastião Rodrigues da Silva Júnior

Acadêmica: Williane da Silva Xavier

Para: Direção da EEEFM Padre Luiz Gonzaga

Ilma. Sra, Diretora.

Solicito vossa colaboração no sentido de autorizar a discente **WILLIANE DA SILVA XAVIER**, discente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, para realizar sua pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso (TCC). Para a realização do estudo podem ser necessários no decorrer do processo de pesquisa atividades como: levantamento de informações sobre a referida instituição, entrevistas, registros fotográficos, entre outros. O produto final do processo de pesquisa será um artigo, o qual nos comprometemos a divulgar os resultados à comunidade escolar.

Certo de sua colaboração, desde já agradeço.

Atenciosamente.

Bragança-PA, 02 de maio de 2023.

Resposta
27/05/23
Mônica da Silva Rodrigues
Diretora
Portaria 011303/2019

Sebastião Rodrigues

Prof. Dr. Sebastião Rodrigues da Silva Júnior
Professor da Faculdade de Educação

BANCO DE DADOS - ESTADO DO CONHECIMENTO

TÍTULO	AUTORAS (ES)	REVISTA CIENTÍFICA	ÁREA DO CONHECIMENTO	ANO	DESCRIPTOR	LINK
Interseccionalidade e a dignidade menstrual: um diálogo fundamental no combate às desigualdades	Ana Carolina Davanzo de Oliveira Cândido; Maurício Gonçalves Saliba	Revista direitos sociais e políticas públicas (UNIFAFIBE) ISSN 23185732	Direitos sociais e políticas públicas	2023	Precariedade menstrual	https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1288
Pobreza menstrual: uma questão de saúde pública	Lorena Marques Heck de Piau Vieira; Luíza Pereira Lopes; Maria Gabriela Ferreira Carvalho	Revista de administração hospitalar e inovação em saúde (RAHIS)	Saúde	2021	Precariedade menstrual	https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/view/7327
Interseccionalidade e a dignidade menstrual: um diálogo fundamental no combate às desigualdades	Ana Carolina Davanzo de Oliveira Cândido; Maurício Gonçalves Saliba	Revista direitos sociais e políticas públicas (UNIFAFIBE) ISSN 23185732	Direitos sociais e políticas públicas	2023	Dignidade menstrual	https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1288
Pobreza menstrual: análise da reportagem exibida no Fantástico na perspectiva da metodologia do imaginário	Suelen Gotardo	Organicom	Relações públicas	2022	Dignidade menstrual	https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/195328/188239
Pobreza menstrual: uma questão de saúde pública	Lorena Marques Heck de Piau Vieira; Luíza Pereira Lopes; Maria Gabriela Ferreira Carvalho	Revista de administração hospitalar e inovação em saúde (RAHIS)	Saúde	2021	Dignidade menstrual	https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/view/7327
Pobreza menstrual e os impactos na saúde da mulher	Dominiki Maria de Sousa Gonçalves; Hítalo Santos da Silva; Cleysiane	Revista Foco	Saúde	2023	Dignidade menstrual	https://focopublicacoes.com.br/foco/article/view/645/534

Gonçalves Pequeno;
Elis Regina de
Oliveira Ferreira,
Jayane Silva Viana;
Milena Monte da
Silva; Francisco
Amauri dos Santos
Vercosa Junior;
Millena Hipólito
Freire

APÊNDICES

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: A influência do ciclo menstrual na frequência escolar segundo discentes de uma escola pública estadual de Bragança (PA)

Pesquisadora: Williane da Silva Xavier

Orientador: Sebastião Rodrigues da Silva Júnior

Eu, Williane da Silva Xavier, venho por meio deste documento solicitar autorização de seu filho (a) ou tutelado (a) para participar desta pesquisa científica, com o objetivo de investigar as influências do ciclo menstrual de pessoas que menstruam na assiduidade escolar do ensino fundamental (anos finais), além de conhecer as visões dos estudantes sobre ciclos menstruais, levantando as possíveis dificuldades que envolvem a frequência escolar de pessoas que menstruam durante o ciclo menstrual. Para desenvolvimento deste estudo se faz necessário coletar dados dos participantes para posterior análises.

Ao autorizar a participação dele (a), você permite que a pesquisadora possa coletar dados, por meio de Questionário com perguntas sobre aspectos socioeconômicos, além de Roda de Conversa com recepção dos alunos, apresentação da equipe de pesquisa, socialização sobre o que é roda de conversa e da temática da pesquisa, exibição do documentário “Absorvendo o Tabu” e ilustrações do livro “A lua de Alice”, apresentação dos alunos contando seu nome verdadeiro e fictício, realização da roda de conversa a partir dos materiais de apoio que foi apresentado anteriormente, discussão acerca das perguntas criadas pela relatora e degustação e distribuição de kits de higiene menstrual. No levantamento de dados serão utilizados os instrumentos de registro, gravador de voz e caderno de anotação. Ressalta-se que a Roda de Conversa deve durar em média 1h30.

A participação nesta pesquisa não traz complicações à integridade ou saúde dos sujeitos, talvez, apenas, alguns sentimentos de timidez perante algumas questões apresentadas durante os diálogos realizados. Ainda, não traz riscos aos participantes, pois estarão, durante o preenchimento do Questionário e a realização da Roda de Conversa, na companhia da pesquisadora e de uma pessoa que lhe auxiliará durante a coleta de informações.

As informações prestadas e coletadas neste estudo são confidenciais e anônimas, sendo seus dados de identificação (nome completo) resguardados e substituídos por nomes fictícios, escolhidos por eles, para apresentação no produto final da pesquisa. Serão informadas apenas idade, identidade de gênero, informações familiares e de infraestrutura de moradia. Ainda esclareço que essas informações serão veiculadas apenas no âmbito científico.

Ao participar desta pesquisa científica você ou seu filho (a) /tutelado não receberá quaisquer compensações pessoais ou financeiras relacionados a autorização concedida. No entanto, espera-se que esse estudo possibilite o alcance de informações importantes a respeito dos desafios postos pelo período menstrual na vida escolar segundo meninas e meninos do ensino fundamental anos finais. Você ou seu filho (a) /tutelado (a) não terão quaisquer despesas com participação desta pesquisa. E nada será pago por sua participação.

Você tem liberdade de recusar a participação em qualquer momento, sem qualquer prejuízo para si ou ele (a). Sempre que desejar poderá pedir informações sobre a pesquisa, entrando em contato com a pesquisadora responsável pela pesquisa pelo celular: (91) 98970-0885 ou e-mail: xavier.will16@gmail.com.

À disposição,

Nome do pesquisador
Pesquisadora

ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima e me sinto esclarecido sobre a pesquisa científica.

Desse modo, autorizo a participação de

_____,
a quem sou responsável legal.

Assinatura do responsável legal

Local e data

Assinatura da pesquisadora

Local e data



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

QUESTIONÁRIO - PERFIL SOCIOECONÔMICO DE PARTICIPANTES DE PESQUISA

INSTRUÇÕES

Prezada (o) participante,

Esse questionário se destina a coleta de dados da pesquisa¹ intitulada A influência do ciclo menstrual na frequência escolar segundo discentes de uma escola pública estadual de Bragança (PA), com autoria de Williane da Silva Xavier e orientação do Prof. Dr. Sebastião Rodrigues da Silva Júnior, no qual busca investigar as influências do ciclo menstrual de pessoas que menstruam na assiduidade escolar do ensino fundamental (anos finais), além de conhecer as visões dos estudantes sobre ciclos menstruais, levantando as possíveis dificuldades que envolvem a frequência escolar de pessoas que menstruam durante o ciclo menstrual. Para realização do referido estudo solicito sua valiosa contribuição no preenchimento deste questionário e desde já agradeço disponibilidade de tempo para resposta, no sentido de colaborar com o processo de construção do conhecimento.

Considerando os princípios éticos de pesquisa, sua identidade será resguardada em total sigilo, sendo identificado por meio de nome fictício por você escolhido.

Cordialmente,

Williane da Silva Xavier
Pesquisadora

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação.

I - Identificação

Nome do participante: _____

Nome fictício: _____

Idade: _____

Identidade de gênero: () Cisgênero² () Transgênero³ () Não binário⁴

II - Dados Socioeconômicos

Quantidade de pessoas que moram com você: _____

Renda familiar:

() menos de 1 salário mínimo () 1 a 2 salários mínimos () 3 a 5 salários mínimos

Região de moradia: () urbano () rural

III - Dados Infraestruturais

Você tem acesso a água encanada: () Sim () Não

No seu bairro tem coleta de lixo: () Sim () Não

O seu bairro possui esgotamento sanitário: () Sim () Não

² **Cisgênero:** pessoa que se identifica com o gênero em que nasceu

³ **Transgênero:** pessoa que não se identifica com o gênero em que nasceu

⁴ **Não binário:** pessoa que não se reconhece com gênero ou transita entre eles



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE RODA DE CONVERSA

Pesquisa: A influência do ciclo menstrual na frequência escolar segundo discentes de uma escola pública estadual de Bragança (PA)

Pesquisadora: Williane da Silva Xavier

Orientador: Sebastião Rodrigues da Silva Júnior

Objetivo da roda de conversa: Conhecer quais os saberes dos estudantes acerca da menstruação, elencando quais os desafios enfrentados por esses sujeitos durante o período menstrual.

I - ACOLHIMENTO
Recepção das crianças e preenchimento do crachá de identificação dos alunos (uso de nomes fictícios)
II – MOMENTO 1
Introdução – Apresentação da equipe de pesquisa, socialização sobre o que é roda de conversa e da temática da pesquisa
III – MOMENTO 2
Materiais de apoio – Exibição de um documentário absorvendo o tabu e ilustrações do livro “A lua de Alice”
IV – MOMENTO 3
Roda de conversa – Apresentação dos alunos (contando seu nome verdadeiro é fictício), realização da roda de conversa a partir dos materiais de apoio que foi apresentado anteriormente
V – MOMENTO 4
Perguntas - discussão acerca das perguntas criadas pela moderadora
IV - CONCLUSÃO
Culminância – degustação de algum alimento e distribuição de kits de higiene menstrual (o momento de degustação será determinado de acordo com a escolha do material de apoio)

OBS: Será feito o pedido para gravar a conversa que irá acontecer na roda, a mesma terá duração de 1h a 1h30m.

QUESTÕES PARA USAR DURANTE O DESENVOLVIMENTO DA RODA DE CONVERSA

1. Vocês sabem o que é menstruação?
2. Com quantos anos aconteceu a primeira menstruação de vocês?
3. Quando aconteceu vocês sabiam o que era aquilo?
4. Seus responsáveis conversavam sobre esse fenômeno natural dos corpos antes de acontecer pela primeira vez?
5. Os seus responsáveis conversaram com vocês sobre esse assunto alguma vez?
6. Como foi o processo de adaptação de vocês acerca da menstruação?
7. Você já deixou de ir à escola por algum problema menstrual? Se sim, qual?
8. A escola que você estuda ou as que você já estudou possuem banheiros higienizados com produtos de higiene básica disponíveis?
9. Quais os principais desafios que vocês enfrentam durante o ciclo menstrual?
10. Vocês acham que se as instituições de ensino ou órgãos públicos distribuem produtos de higiene menstrual como (absorventes, tampões, sabonetes e outros) as pessoas que menstrual não enfrentam desafios relacionados ao desenvolvimento das atividades cotidianas como ir à escola?
11. Falar sobre o assunto perto de pessoas do sexo masculino é natural para vocês?
12. Como vocês veem a questão da menstruação?

PESQUISA DE TCC

**CINE
CONVERSA**



PROFESSOR DA
INSTITUIÇÃO

PESQUISA DE TCC

**CINE
CONVERSA**



NOME FICTÍCIO

PESQUISA DE TCC

**CINE
CONVERSA**



MODERADORA

PESQUISA DE TCC

**CINE
CONVERSA**



NOME FICTÍCIO

PESQUISA DE TCC

**CINE
CONVERSA**



RELATOR

PESQUISA DE TCC

**CINE
CONVERSA**



NOME FICTÍCIO

PESQUISA DE TCC

**CINE
CONVERSA**



NOME FICTÍCIO

PESQUISA DE TCC

**CINE
CONVERSA**



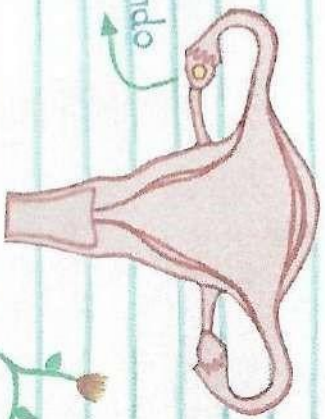
NOME FICTÍCIO

Fase Pré-Ovulatória

- Mais energia e disposição física, momento de semear coisas novas, iniciar novos projetos.

- Simbolicamente: Comparação com a primavera e com a lua crescente.

óvulo
amadurecendo
no ovário



Fase Ovulatória

- Período fértil (física e emocionalmente), tendência a estar mais amorosa, comunicativa, autoconfiante, radiante, energia amorosa para gerar vida ou ideias, bom momento para cuidar das amizades, resolver conflitos.

- Simbolicamente: comparação com a sensação de plenitude do verão e da lua cheia.

óvulo foi
liberado

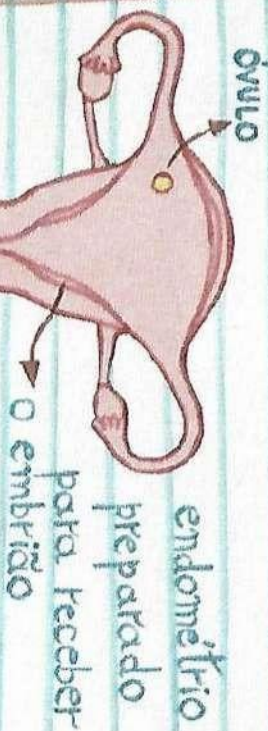


Fase Pré-Menstrual

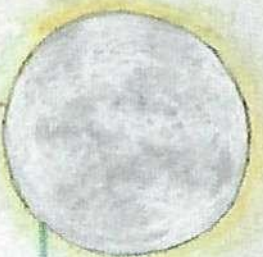


- Energia voltada para o mundo interno, recolhimento, sensibilidade aturada, mais intuitiva, importante respeitar a necessidade de ficar mais recolhida, evitar situações desagastantes, TPM pode ser o "tempo para mim".

- Simbolicamente: comparação com as sensações do outono e da lua minguante.



Fase Menstrual



- Menos disposição física, tendência do recolhimento emocional, contato com o mundo interno aturado, processo de "faxina" interna, deixar ir o que não serve mais para poder começar um novo ciclo (renovação).

- Simbolicamente: Comparação com as sensações do inverno, "lua nova" interna.

